

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

BRUNO HAEMING

O CAPITALISMO LIDERADO PELAS FINANÇAS:

De Bretton Woods ao “consenso neoliberal”, e a formatação do
ajustamento como matriz do pensamento econômico e social
contemporâneo

FLORIANÓPOLIS, 2015

BRUNO HAEMING

O CAPITALISMO LIDERADO PELAS FINANÇAS:

De Bretton Woods ao “consenso neoliberal”, e a formatação do
ajustamento como matriz do pensamento econômico e social
contemporâneo

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações
Internacionais Curso de Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório
para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho –
CNM/CSE/UFSC

Florianópolis , 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIO-
ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 (nove) ao aluno **BRUNO HAEMING** na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho
Orientador – CNM/CSE/UFSC

Prof. Dr. Marcos Alves Valente Membro1 -
CNM/CSE/UFSC

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Membro 2 - CNM/CSE/UFSC

Florianópolis, 2015

AGRADECIMENTOS

À minha família, José Carlos, Mara Regina, por serem pais e amigos, maiores apoiadores e que ao longo da curta caminhada que é minha vida, me permitiram sonhar e realizar, e me sentir amado cada segundo da minha existência, e ao meu irmão Felipe, pelo carinho e paciência com minhas madrugadas de estudo.

Também à Janine, eu agradeço o imenso amor e companheirismo, à sua paciência e à inspiração que sempre tenho com a sua capacidade imensa de batalhar por seus objetivos. Acredite este trabalho só pôde ser feito por você ser quem você é.

Aos meus amigos de infância, Luis Giorgis Dias, Marco Bertoncini Andrade e Franco Bertoncini Andradre, obrigado por existirem e se fazerem de alguma forma presentes na minha vida.

Ao meu grande amigo Diogo Oliveira, pelos anos de convivência dentro e fora do curso de economia, por compartilhar visões de mundo, debates acalorados e as diversas angústias e sonhos que a vida intelectual pode exercer em nossas vidas, e em especial por me ajudar de maneira tão solícita com críticas a este trabalho.

Também a Lukas Pezzini, por sua amizade e companheirismo ao longo de toda a graduação, aos papos e divagações filosóficas, e por comigo compartilhar a grande sabedoria do universo: *in vino veritas*.

Também ao meu orientador Jaime Cesar Coelho, pela “super-orientação”, que transcendeu os espaços meramente formais, e se estendeu ao grupo de estudo e ambientes onde pude pensar e refletir a realidade em que vivemos. Logicamente ao Grupo de Estudos do Capitalismo Contemporâneo, o GESECC, e todos meus amigos que participam dessa iniciativa impar, que agrega de sobremaneira à formação de quem se dedica a ele.

Aos amigos e grandes apoiadores Filipe Zanolla, Gabriel Ursini, e também Leonardo, Fernando, Thiago e outros tantos amigos da minha trajetória acadêmica, assim como o CALE, um lugar que aprendizado imenso e de pessoas que vou levar comigo na lembrança.

A todos que conheci e construíram um diálogo comigo, a todos que virão. Esta monografia é de vocês.

“A igualdade nos faz repousar. A contradição é que nos torna produtivos.” Johann von Goethe

“Deus não consiste na força, mas na verdade” Fiodor Dostoievski

“A ciência burguesa traz no corpo a ideologia como a relação de produção capitalista traz dentro de si a luta de classe.” Mario Tronti

“O desafio da modernidade é viver sem ilusões, sem se tornar desiludido.” Antonio Gramsci

RESUMO

HAEMING, Bruno. **O CAPITALISMO LIDERADO PELAS FINANÇAS:** De Bretton Woods ao “consenso neoliberal”, e a formatação do ajustamento como matriz do pensamento econômico e social contemporâneo. 104f, Florianópolis, 2015. Monografia de Graduação Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Partindo da abordagem das ideias e da ideologia numa perspectiva gramsciana, busca-se identificar e analisar as ideias econômicas mais relevantes desde Bretton Woods até os dias atuais, mostrando como as ideias moldaram e foram moldadas pelo modo de produção e pelos arranjos institucionais, e como as políticas econômicas que foram formuladas ao longo do tempo consistentemente se relacionaram com a estrutura política vigente, com as ideias hegemônicas e com o padrão de acumulação capitalista e suas especificidades. Como objetivo maior, tenta-se abordar a matriz de pensamento atual: a do ajustamento. Ela, por hipótese, é derivada das mudanças econômicas e políticas de épocas anteriores, e corresponde precisamente às formas hegemônicas de poder da atualidade: a derivada das finanças.

Palavras chave: Gramsci, ideologia, ideias econômicas , políticas econômicas, finanças, ajustamento

ABSTRACT

HAEMING, Bruno. **The Finacial-led capitalism:** from Bretton Woods through the “neoliberal consensus” and the conception of adjustment as an economic and social main contemporary thought , 104f, Monograph Undergraduate - Federal University of Santa Catarina, Socio-Economic Center.

Starting the analysis from ideas and ideology under a gramscian perspective this work tries to identify the most important economic ideas since Bretton Woods until the contemporary days, showing how these ideas shape and were shaped by the means of production and also the instuticional structures, and how economic policy were consistently formulated under the political conjuncture reality, within a dialectical relation between hegemonic ideas and the capistalist means of production peculiarities. As a central issue, we'll try to adress the economic adjustment as the regnant line of thoguht in present time. Our hypotesis is that the changes which we're calling as an “adjstment process”, have modified the economy and politics through these years of our analysis as a consequence of financial arise and have been playing a huge role as the hegemonic power.

Keywords: ideas, ideology, Gramscian, Bretton Woods, Economic policy, financial capitalism, adjustment process

Sumário

RESUMO.....	6
CAPÍTULO I: Introdução ao assunto do trabalho e objetivos	13
1. QUESTÕES –PROBLEMA	13
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivo específico	14
1.2 JUSTIFICATIVA	14
1.3 METODOLOGIA	15
1.4 LIMITAÇÕES DO TRABALHO.....	15
CAPÍTULO II : A ideologia e as ideias econômicas.....	16
2.1 Concepção Gramsciana de ideologia	19
2.1.1 O economicismo.....	20
2.1.2 Gramsci e o economicismo	22
CAPÍTULO III : A formação de concessões	24
3.1 Contexto e formulação dos acordos de Bretton Woods.....	25
3.1.1 Concepção e linhas mestras de Bretton Woods	28
3.2 O pós-Bretton Woods; o poder das ideias e o Embedded liberalism.....	34
3.2.1 As ideias keynesianas	34
CAPÍTULO IV: <i>Embedded liberalism</i>; da aplicação das ideias keynesianas na forma de políticas públicas ao colapso de Bretton Woods.....	39
4.1 O caminho para o auge	39
4.2 O fim de uma era	47
4.2.1 As contradições do dólar: um projeto que não se ajusta à realidade.....	47
4.2.2 O mercado dos eurodólares e a “libertação” do sistema financeiro	52
CAPÍTULO V: A ascensão liberal-conservadora: políticas econômicas e o quadro mental do neoliberalismo	55

5.1 – A ideologia liberal e a formação do neoliberalismo	57
5.1.1 Liberalismo Clássico	58
5.1.2 – A “Revolução” Marginalista	60
5.1.3 A ideologia neoliberal	62
5.2 A gênese da economia política neoliberal	66
CAPÍTULO VI: Ajustamento como a ideologia “vencedora”	69
6.1 Dos anos 80 aos 90: o resumo da contemporaneidade do padrão de acumulação vigente.....	73
6.2 A macroeconomia do ajuste: a dinâmica de poder do novo padrão de acumulação capitalista	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO	93

LISTA DE QUADROS

1. Taxa de volume de comércio mundial.....	44
2. Taxa de crescimento do PIB comparativa	45
3. Taxa de crescimento do PIB per capita	48
4. Principais instrumentos financeiros derivados: montante de principal virtuala – 1986/1993	74
5. Endividamento e alocação de recursos das empresas de países membros da OCDE de 1980 à 1991.....	78

LISTA DE FIGURAS

1. Balança comercial americana de 1951 a 1971.....	48
2. Reserva de ouro americana em bilhões de dólares.....	55
3. Percentual do PIB (Produto Interno Bruto) alocado em ativos financeiro em relação a produção industrial.....	76

LISTA DE TABELAS

1. Os 10 itens mais relevantes acordados em Whashington	82
2. Países que adotaram o regime de metas de inflação, ano e trimestre.....	87

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BW – Bretton Woods

EUA – Estado unidos da América

FED – Federal Reserv

FMI – Fundo Monetário Internacional

WS – Welfare State

CAPÍTULO I: Introdução ao assunto do trabalho e objetivos

A forma como as ideias são concebidas no campo da economia, e em especial onde a economia política internacional situa seu interesse de pesquisa é um fator essencial para entender os movimentos políticos e econômicos do capitalismo.

As ideias são concebidas num contexto onde estão longe de serem neutras, e mesmo com a crença de alguns em uma ciência livre de valores e somente interessada na “verdade”, é possível delinear e relacionar o porquê de algumas ideias serem adotadas em detrimento de outras.

O interesse deste estudo está localizado no poder que as ideias econômicas possuem, sendo elas o veículo de disseminação de políticas públicas, e tais ideias também se constituem como ideologias, sendo ideologia utilizada de maneira não pejorativa, mas como um arcabouço de ideias, teorias e ações que expressam uma visão de mundo sobre a realidade.

1. QUESTÕES –PROBLEMA

Diante da problemática abordada, nos interessa saber como essas ideias econômicas surgiram, como as ideologias se conformaram num arquétipo de políticas econômicas no século XX, com efeitos até o tempo atual.

Qual a importância dessas ideias econômicas para a formulação de uma perspectiva neoliberal, e qual a relação dessas estruturas ideológicas nas políticas de austeridade e fiscais, é a questão central

.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O trabalho se propõe a dialogar com as teorias da Sociologia, Economia, Ciências Políticas, aprofundando questões pertinentes à Economia Política Internacional para

explicar a origem e os desdobramentos das ideias econômicas na formação de uma perspectiva neoliberal e dos processos de ajustamento derivados disso.

1.1.2 Objetivo específico

1. Estabelecer uma demarcação teórica da importância e da função das ideias, e abordar a ideologia como visão de mundo
2. A formação do consenso keynesiano e a importância das ideias econômicas na formulação de políticas públicas
3. Discutir o conceito de liberalismo embutido em relação à ascensão das finanças internacionais.
4. Analisar o poder político, intelectual e material do neoliberalismo, sua gênese teórica e seus desdobramentos.
5. Mostrar como a dinâmica de ajustes é uma realidade na economia internacional e seus efeitos dentro e fora dos territórios regionais.

1.2 JUSTIFICATIVA

Falar de ideias, sua cronologia e sua importância sempre é pertinente quando se tem interesse genuíno em aprofundar-se em uma área do conhecimento. Estender essa prática para um possível diálogo entre Economia Política Internacional e Economia faz cada vez mais sentido, principalmente num contexto de crescente interconexão entre mercados, e na mudança do padrão de acumulação que deu origem a um sistema financeiro mundial. Ao escolher a perspectiva das ideias como central, pretende-se mostrar a importância que elas possuem na orientação dos Estados e dos recursos materiais em prol de uma mudança no modo de produção, na forma de políticas públicas.

Também é necessária uma forma diferente de analisar o mundo, buscando uma perspectiva mais crítica ao *mainstream* econômico, trazendo o papel político das teorias para a discussão e as contradições entre o discurso e prática de algumas dessas teorias postas à baila.

1.3 METODOLOGIA

O presente capítulo, de número 1, se dedicará a mostrar a estrutura de trabalho e as motivações para sua realização.

O capítulo 2 recorrerá a teóricos como Antonio Gramsci, Robert Cox, Stephen Gill entre outros para estabelecer o foco da análise, que se restará no campo das ideias, do conceito de ideologia enquanto visão de mundo e das motivações inerentes às teorias, sendo elas visões de mundo e com um viés claro: o sujeito que faz a teoria. Não há teoria “neutra” no campo das ciências sociais.

O Capítulo 3 recorrerá à formulação do consenso keynesiano do pós-guerra para explicar como as ideias interferem nas políticas econômicas, e como essa interferência muda conforme a estrutura político-econômica de cada lugar.

O capítulo 4 se preocupará com a forma como as políticas econômicas foram aplicadas dentro da ideologia keynesiana e da nova orientação de ação dos Estados surgida a partir do encontro de Bretton Woods.

Capítulo 5 falará da ascensão do liberal-conservadorismo, ou mais conhecido como neoliberalismo. A partir da sua estrutura ideológica e do impacto que ela teve na mudança das políticas econômicas e sua relação com a ascensão das finanças em função da mudança no padrão de acumulação capitalista.

Capítulo 6 falará da dinâmica de ajustamento, onde o ajuste será tratado como a estrutura política e monetária do capitalismo contemporâneo. O ajuste é entendido como uma “herança” da lógica financeirizada do neoliberalismo, e será abordado com tal.

1.4 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Dado que o enfoque se encontrará no campo das ideias, ideologia e na relação entre as capacidades materiais e as instituições, os debates em relação às mudanças do padrão de acumulação capitalista e seus motivos não entraram de forma completa neste trabalho. Autores como Ernest Mandel, Paul Baran, Paul Sweez, entre outros que debateram a dinâmica de acumulação capitalista, e a sua mudança para a

financeirização, discutindo com conceitos anteriores, como o formulado por Rudolf Hilferding que foi o primeiro a atualizar a obra de Marx no que respeita a importância do capital financeiro na dinâmica capitalista, são os grandes pensadores desse tema sob uma ótica crítica, todavia alcançar a profundidade do que é discutido por eles está longe do nosso escopo.

Alguns autores serão utilizados para explicar a ascensão do capital financeiro na atualidade, porém o debate focalizado nesse tema não será feito, apenas o que por ventura terá contribuições para entender a dinâmica das ideias econômicas, a ascensão do neoliberalismo dentro da lógica financeira, e o ajuste como resultado disso.

O ajustamento enquanto análise empírica e prática de dados não será exposto, mas a formação da mente e das imagens coletivas que constituem o consenso à volta das políticas de ajustamento é que serão expostas. Dados e investigações mais concretas de países específicos são um objetivo de longo prazo, e que num espaço de tempo limitado que é um trabalho de conclusão de curso não caberiam de forma satisfatória.

Ademais quando temas como ideias, políticas econômicas e a própria teoria econômica e da economia política internacional são postas em pauta para resolver ou abordar um tema, diversas questões tanto dessas disciplinas quanto de outras áreas das ciências sociais surgem no processo de confecção de um trabalho de monografia. Muito do que se gostaria de falar, e do que se poderia, por ventura pode ter ficado de fora em função de um objetivo: tratar de um tema sob todos os constrangimentos naturais que um trabalho deste tipo possuiu. Inclusive o problema que se relaciona com as limitações do próprio autor.

Logo as limitações são diversas, e desde já me desculpo por elas.

CAPÍTULO II : A ideologia e as ideias econômicas

[...] o homem não é um ser abstrato, situado fora do mundo.
O homem é o mundo dos homens, o Estado, a Sociedade”
Karl Marx.

O conceito de ideologia a ser utilizado está intimamente relacionado à visão de mundo, a um conjunto de ideias que expressa a perspectiva de um indivíduo singularmente em relação à sociedade, ou de grupos, partidos, coletivos e associações. A ideologia é um conjunto de valores consensuais adotados por esses grupos distintos da sociedade, portanto para um indivíduo singular a ideologia consiste na forma como ele enxerga a si nesse contexto social, como pratica essa visão na forma concreta de ação e como racionaliza na forma de discurso. A forma como a realidade se apresenta para o indivíduo é fator relevante para que ele compreenda a si dentro do mundo, e tenha uma visão de mundo ideológica, porém nada disso impede que ele se veja ideologicamente afastado da sua realidade, como, por exemplo, defendendo ideais que não correspondem ao seu dia-a-dia, sua realidade concreta, isso porque a ideologia é, antes de mais nada, um veículo de convencimento.

Tendo isso em mente, é possível avançar no sentido de colocar duas formas distintas de se enxergar o mundo, e principalmente de fazer “ciência” no ramo dos estudos da sociedade, que sejam elas a forma *positivista* e a forma *crítica*. A primeira se pretende afastada de valores morais e éticos, tendo então a neutralidade, pragmatismo, distanciamento do objetivo estudado e o estudioso do objetivo em questão. Os fenômenos sociais são relacionados a eventos da natureza, ou em outras palavras uma epistemologia aproximada à natureza em suas formulações teóricas.

Essa perspectiva de mundo contém algumas contradições, pois nos impedem de analisar o fenômeno social com clareza, mistificando a figura do pesquisador, atribuindo-lhe um caráter isolado da sociedade em que ele atua. O tema no qual o pesquisador se engaja, a abordagem em relação a realidade, os dados que coleta, as variáveis e hipóteses que formula, e principalmente, o problema de pesquisa que ele constrói e direciona sua pesquisa, são práticas que põe em xeque a isenção das teorias formuladas. O contexto social no qual ele se está inserido, as condições sociais e materiais da sua época são fatores que influenciam em como as ideias são construídas, o indivíduo que formula uma ideia possui também posicionamento político.

“Teoria é feita por alguém com algum objetivo”(COX, 1975)

Por outro lado a abordagem crítica pretende aceitar as diversas visões de mundo e se colocar como sendo uma delas, a frase de Cox se coloca sob essa perspectiva, a de

admitir que o sujeito que possuiu convicções, opinião fará uma pesquisa. Posicionar-se no espectro ideológico, e afirmar que uma análise é ideológica, não equivale a dizer que não haverá análise dos fatos, eventos e fenômenos, ou até mesmo que o estudo será feito com objetivo de privilegiar um arcabouço teórico pré-definido, mas que sim de antemão o pesquisador admite que ele possui uma visão de mundo, uma perspectiva em relação ao mundo em que vive.

Se nos limitássemos a observar o que nos convêm, o estudo da sociedade seria apenas advogar a favor de preconceitos, e não encontrar algum tipo de verdade objetiva nos fatos analisados.

MYRDAL (1961), já adverte que a pesquisa científica precisa “observar e descrever a realidade social empírica, analisar e explicar as relações de causa e efeito entre os fatos econômicos”, porém além dos fatos econômicos, Myrdal diz que os fatos políticos e a interação entre eles devem estar sob o olhar do pesquisador,

O comportamento do pesquisador que se diz acima das paixões, dos interesses e das relações de poder existente num convívio social já foi descrito na filosofia e na análise da Filosofia da Ciência que, por exemplo Paul Feyerabend faz, e também Friedrich Nietzsche já tecia críticas ao grupo de filósofos que buscavam verdades, se dizem neutros, mas veem o mundo com fatos que são escolhidos conforme sua vontade, e não aos fatos objetivos ;

[...] O que existe no fundo de seus sistemas é uma proposição preconceitual, uma ideia ou “sugestão” que é geralmente seu desejo abstrato e filtrado; e defendem-na com razões formuladas posteriormente. São todos eles advogados que não querem ser assim considerados, geralmente astutos defensores e que batizam como verdades os seus preconceitos. (NIETZSCHE, 2012 p.16).

Também não é pretensão deste trabalho dialogar com algum tipo de verdade absoluta, lei geral uma visão de mundo correta e definitiva, pois essa pretensão se afastam de qualquer intuito de pesquisa científica. O que se busca é uma perspectiva dos fatos, e um posicionamento crítico sobre eles, e sendo o posicionamento crítico, precisar estar em contraste com a ordem vigente.

É hábito de muitos “cientistas” do ramo das ciências sociais colocar suas teorias como meras sugestões, como adverte Nietzsche, porém essa prática diverge de uma ciência que se permite colocar a prova, ou ao “julgamento” inexorável da realidade

concreta, já que se busca a todo custo afirmar seu campo de pesquisa como uma estrutura aprimorada de ciência, e os pressupostos básicos das suas teorias protegidos por cinturões de hipóteses alternativas mais amplas e largas que os anéis de saturno, uma vez que são tomadas com o peso de uma lei. Mais especificamente falo dos cientistas do ramo da economia, que à luz de eventos de colapso econômico se colocam acima das críticas da realidade e culpam a própria intervenção do ser humano na sociedade, ou uma intervenção mal intencionada, como o causador de todo mal.

Pois bem, numa perspectiva crítica também o lado “perverso” do ser humano é incorporado ao estudo, uma vez que é justamente em cima da contradição da luta entre classes, da contradição entre discurso e ação e da estrutura histórica que motivam tais contradições é que tal perspectiva deve ser colocada.

2.1 Concepção Gramsciana de ideologia

A ideologia é:

[...] uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas. (GRAMSCI, 1978 p. 16).

Gramsci em seus estudos delineou a ideologia como concepção de mundo, porém ela tem condicionada a sua existência a materialidade da prática. A ideologia é compartilhada e fomentada pelas forças sociais. O conceito gramsciano de ideologia tem uma conotação positiva, ou seja, não trata a ideologia apenas como uma concepção mistificadora, uma ilusão concebida e que na sua prática oculta o fenômeno concreto e real, ele traça um corte da ideologia enquanto manifestação de um conjunto de ideias de classes.

Para Gramsci as ideologias são construídas em bases históricas, elas expressam os interesses de classes que historicamente se articulam de modo conflituoso, dessa forma a importância das ideologias é ser a expressão de uma imagem coletiva da sociedade como um todo, e que tais imagens se constroem pela *práxis*.

Ao serem, as ideologias, a expressão da prática de um grupo elas possuem um poder real, pois dentro do conflito ideológico no âmbito político, a ideologia que conseguir um maior consenso consegue modificar ou manter a ordem vigente, podendo essa mudança ser estrutural em função da conjuntura histórica que determinam a ação política dos atores envolvidos.

As ideias e teorias são um veículo de transmissão de um poder, ou a formalização das ideias e práticas de uma estrutura de poder. As ideias econômicas também seguem a mesma lógica, representam o resultado da dialética de disputa pelo poder e das ideias.

2.1.1 O economicismo

Os fatos econômicos observados na sociedade também estão inseridos na lógica científica que guia as ciências sociais, e é chamado de economia. Os intelectuais dessa área de estudo, os economistas, tem tido um papel cada vez mais impactante, já que suas ideias se alinham a ideias de grupos dominantes, que sustentam a hegemonia econômica e intelectual.

As ideias econômicas e as teorias formuladas por economistas tem impacto real e direto na vida das pessoas, gozam os economistas de um privilégio que lhes confere, até certo grau, palavra de ordem, tanto em assuntos de política econômica, quanto na manutenção de estruturas políticas vigentes. Num movimento concomitante e contraditório a economia tem cada vez mais buscado se afastar da política ao construir arcabouços teóricos que a transformam-na em um pensamento puramente instrumental, equiparando o tipo de feitura da ciência ao estudo da Física, usando modelos e equações de elegância extrema e simplicidade enorme, toda essa construção teórica torna a economia liberal *mainstream* inatingível pela crítica da realidade. Também as hipóteses da teoria liberal possuem um apelo emocional e moral bastante elevado, uma vez que utilizam o mercado como local de encontro dos interesses individuais de todos, e tais interesses regulando não só as quantidades disponíveis de bens, mas também a distribuição dos ganhos de forma “justa”, sendo essa justiça baseada no esforço individual de cada pessoa, no trabalho duro e habilidades particulares.

Dentro do escopo proposto no presente trabalho, a teoria *mainstream* é ideológica, pois representa a visão de mundo de um conjunto de pessoas, grupos e setores da sociedade que sustentam o arcabouço teórico liberal. O economicismo sustenta essa ideologia, sendo a abordagem econômica das relações sociais inundada pelo viés liberal do pensamento, carregando todos os preceitos morais e sustentando axiomas pétreos no desenvolvimento da ciência econômica, *grosso modo* os axiomas principais são: a existência de um *homo oeconomicus*, um agente econômico racional que maximiza seus desejos e interesses - ou numa linguagem matemática- através da sua função utilidade ¹. Esse agente está inserido numa economia onde os mercados funcionam perfeitamente, e quando ocorre de não funcionarem de forma adequada, eles que “interferem” nos mecanismo de auto-regulação, e que são responsabilizados por provocarem o desequilíbrio que durará apenas até tal interferência ser removida, ou a “anomalia” solucionada.

Essa sociedade não comporta instituições de nenhum tipo, sejam estatais ou religiosas, não consideram a existência de quartéis, ou práticas que consolidem minorias monopolistas e sejam contra a eficiência presumida do mercado. A realidade é tratada como hipótese alternativa, ou como mecanismo auxiliar para que o que é regra, como o caráter corporativista da sociedade capitalista, vire exceção. Paul Baran e Paul Sweezy foram autores que procuraram demonstrar como o capitalismo possui uma tendência a monopolizar suas estruturas, mudar as instituições e transformar o mercado em algo longe da eficiência pretendida pelas teorias liberais.

Para isso foi necessário que os autores supracitados considerassem a sociedade como um todo, com contradições, com dinâmica e não inclusive criticando pressupostos ortodoxos da tradição marxista², porém a busca de ambos era um estudo criterioso do capitalismo sem o véu da ideologia hegemônica, buscando ir ao cerne das questões contemporâneas.

¹ A função utilidade é parte integrante dos modelos de teoria microeconômica, ou a parte fragmentada dos estudos da economia que foca seu interesse na ação desse indivíduo reificado, proprietário de razão inabalável, e que toma sempre as decisões mais acertadas pois faz parte do seu interesse respeitar as leis do mercado para não perder sua riqueza.

² Aqui me refiro a “Queda tendencial da taxa de lucros”, lei essa extremamente cara para a teoria marxista como um todo, pois teoriza a insuficiência do capitalismo em sustentar a exploração via mais-valor absoluto, sendo o efeito da composição orgânica de capital, ou a relação entre quantidade de máquinas equipamentos sob trabalho, promotora de uma insuficiência de realização das mercadorias produzidas em função da diminuição da capacidade de consumir na economia. As taxas de lucro declinariam e o sistema entraria em colapso.

Todavia o objetivo do estudo não é debater os conceitos da obra de Bara e Sweezy, mas sim de mostrar os limites práticos e as contradições de uma abordagem liberal no estudo da sociedade, principalmente sua simplicidade extrema e sua decisão de ignorar aspectos relevantes para um estudo factível da sociedade.

2.1.2 Gramsci e o economicismo

Gramsci é um crítico do pensamento liberal, e via nele um instrumento de dominação, dando-lhe o nome de economicismo. O economicismo dialogava com a sociedade correspondendo ao apelo da estrutura vigente, sendo este modo de pensar um mecanismo de dominação político-ideológico.

Para Gramsci a concepção metodológica dos economicistas é tomar a parte pelo todo, o caso singular como regra geral. Essa metodologia positivista, de generalizar o caso particular como uma aproximação da realidade, com a finalidade de formular hipóteses críveis, e a partir dessa credibilidade “pseudo-empírica”, criar leis que regessem os movimentos econômicos e o convívio dentro da sociedade;

A postura do movimento pela livre iniciativa se baseia em um erro teórico cuja origem prática não é difícil de identificar: É a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica, se vê transformada e é apresentada como distinção orgânica. (EMIR apud GRAMSCI, 2012, p:21).

Essa distinção, que por vezes parece simplória, levando a implicações políticas importantes, uma vez que atribui à sociedade civil uma “propriedade” natural da atividade econômica e o Estado como sendo um intruso nessa relação harmônica, um interventor demoníaco, e tal “mistura indevida” ocasiona distúrbios deletérios. Gramsci adverte que essa ideologização vulgar é um problema;

No entanto, como na realidade efetiva a sociedade civil e Estado se identificam, é necessário fixar que mesmo o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal,

introduzido e mantido por via legislativa e tal coação; é um ato de vontade consciente dos próprios objetivos e não a expressão espontânea, automática do fato econômico.” (EMIR apud GRAMSCI, 2012).

A conclusão de Gramsci é uma evidência do poder da ideologia liberal, ela consegue construir uma imagem coletiva de mercado independente da ação de instituições e do Estado, e eles se constituindo como um mecanismo de intervenção indevida na “ordem natural” dos mercados, como se não fosse o Estado necessário para manter a propriedade privada e instituições democráticas que sustentam ideologicamente a ideia de mercado.

Dessa forma Gramsci atribui ao liberalismo uma “*regulamentação*” social, e que cinicamente busca o Estado para manter-se vivo, uma vez que a diferença entre sua prática e sua teoria apenas possibilitam que o liberalismo seja implantado de forma dura, por vezes antidemocraticamente, ocupando o Estado de forma completa para que sua visão normativa de mundo seja levada a cabo.

A percepção do que é economicismo nos leva ao debate sobre a política econômica adotada, o poder das ideias exercido nos formuladores de tais políticas e o contexto estrutural de financeirização da economia. Este último ponto sendo abordado ao longo do texto, porém com valor central para falar das políticas de austeridade, o centro nevrálgico do trabalho e, como hipótese adotada, a forma concreta de gerência do sistema financeiro nas economias nacionais e no poder de ação dos Estados.

O perfil moralizante do economista, que formula as políticas econômicas, é central para analisar o peso das ideias nesse contexto. Em Gramsci o termo “*regulamentação social*” indica que tal pensamento tem uma carga moral, um tipo extremamente normativo de sociedade e de comportamento, que concomitantemente à elevação moral que isso representa – uma vez que se está colocando “ordem na casa”, se estabelecendo um retorno a normalidade - pois torna a economia e sociedade mais eficientes. As políticas que levam a esse estado virtuoso são basicamente enaltecidas de valores como; austeridade, racionalidade do uso dos recursos, resignação ao consumo em função de um bem futuro maior, meritocracia e livre iniciativa.

A forma como isso é concebido e reproduzido tiveram efeito ao longo de muitos anos, o sistema financeiro se apropriou e endossou dialeticamente tais teorias, uma vez que a regulação social era amplamente aplicada em prol de tais teorias, em outras palavras, o Estado foi o veículo pelo qual a lógica neoliberal e liberalizante das

economias teve seu aporte institucional e legal, e cabe a nós traçar o fio condutor do dessa ação, com início nos acordos formulados em Bretton Woods, e em sequencia com o dismantelamento desse arcabouço institucional, teórico e político em vistas à ascensão da alta finança como matriz cognitiva e material nos tempos atuais.

CAPÍTULO III : A formação de concessões

It is to say that authority is absent from such an order. It is to say that authority relations are construted in such a way as to give maximum scope to market forces rather than to constrain them. (RUGGIE,1982).

A ideologia liberal, no período pós-Bretton Woods, foi posta em prática não para que houvesse uma liberdade cumulativa e crescente no campo econômico, e que isso provocasse um *spill over* para a esfera das relações sociais, mas sim para um ação de caráter normativo do Estado em seu papel de autoridade focado em gerir políticas que sustentassem essa ideologia.

Com o objetivo de mostrar o caráter destrutivo que o liberalismo possui, é necessário reconstituir os eventos-chave e os fatores que provocaram a mudança de um regime que se iniciou nos anos 30, se solidificou no pós-Segunda Guerra e gradativamente foi dismantelado pela ação do capital financeiro em conjunto com uma mudança do propósito dos Estados, em outras palavras, a correlação de forças políticas e o poder econômico em uma relação dialética tomaram o poder e redefiniram o curso da história.

Para buscar compreender essa dinâmica, é necessário começar da sua origem nos anos 20, onde a alta finança tinha um papel bastante representativo na economia e influenciava as políticas econômicas, passando logicamente, pelo período em que propriamente os acordos e diretrizes de BrettonWoods foram feitos, para que os efeitos

perversos das políticas de ideologia liberal fossem mitigados e um caminho para a reconstrução e desenvolvimento fosse construído no pós-guerra, é necessário. Bretton Woods, foi um encontro de políticos, economistas e tecnocratas em geral que diagnosticaram que houve um problema que precisava de resolução, e um esforço de capacidades materiais e institucionais foi feito para que a presença e os efeitos dos interesses financeiros nas políticas públicas fosse mitigado. Foi criado um cinturão de proteção social, econômica e ideológica que tinha como objetivo central a tomada de poder das nações sobre o destino das suas economias, e isso dito em outras palavras é a diminuição do efeito deletério da influência externa sobre a economia de cada país.

3.1 Contexto e formulação dos acordos de Bretton Woods

A desregulamentação financeira, iniciada nos anos 70 e agravada na década de 90 teve sua origem em Bretton Woods. Certamente não sua origem ontológica já que BW³ foi para as finanças internacionais um constrangimento, mas as motivações para um movimento contrário às decisões lá tomadas, que seja busca por “liberdade” de fluxo de capitais, tiveram seu germen no arcabouço construído naquela encontro.

What use to be a heresy is now endorsed as orthodox. (KEYNES, 1980).

Essa frase de John Maynard Keynes, o mais famoso dos economistas, mostra como a mudança em relação ao controle de capitais foi bastante aguda. Sendo Keynes um dos líderes do encontro que tinha como finalidade estabelecer as bases das relações financeiras e comerciais entre os países para o “futuro”, essa observação da atuação e orientação de política econômica dos lá presentes tem um papel enorme para avaliação do que foi BW.

O autor Helleiner (1994), em um trecho do seu livro no qual trata o assunto, aponta que há um consenso entre os pesquisadores de que as bases para o mercado financeiro mundial foram constituídas em Bretton Woods, porém entre eles há quem

³ A sigla BW faz referência a Bretton Woods

digamos que haver uma causalidade entre a criação da ordem liberal no comércio e no sistema financeiro, todavia Helleiner busca delimitar o que foi pensado à época e os efeitos das medidas lá propostas com o desdobramento que elas tiveram na realidade, assim como a receptividade delas e os efeitos na ordem mundial que estava sendo criada.

Para Helleiner o objetivo de BW foi criar mecanismo de controles financeiros, ou formas de impedir que surtos especulativos enfraquecessem as economias mundo à fora. Para tal intento o controle de fluxo de capitais foi a ferramenta proposta e aceita em grande medida. Temas como o grau de controle de capitais foram discutidos à época, coisa que também ocorreu no período mais recente da desregulamentação⁴ da década de 70 e 80, ou seja, estava no escopo das discussões a forma como o mercado financeiro atuaria e teria poder de gerências na economia já em BW.

O que levou a tamanho apelo por controle de fluxo de capitais está num passado não muito distante de BW, num contexto onde o que se via eram políticas econômicas que caminhavam em direção ao maior liberalismo econômico, num movimento que estava se constituindo desde o século XIX e liderado pelas finanças, e que havia tomado também o setor industrial, muito em função das relações de comércio para tais industriais. O ponto central é que a reação primeira à tradição liberal veio do setor industrial, pois percebeu quão perigoso poderia tornar-se uma economia à mercê da força especulativa das finanças. Dado o tamanho o impacto da crise dos anos 30 nas economias mundiais, o sistema financeiro também teve de se adequar à nova realidade, porém em comparação ao setor industrial isso aconteceu apenas mais tarde no setor financeiro.⁵

A mudança na agenda dos Estados em se colocar contra a ideologia e práticas liberais vem, primeiro, dos conturbados anos 20, onde eventos de natureza econômica e política fizeram a sociedade se deparar com movimentos ultra-nacionalistas e de extrema esquerda. Problemas com variáveis como a inflação, desemprego foram o combustível para os movimentos se inflamarem, e esse conteúdo altamente perigoso ganhou força com a crise do final dos anos 20 e início dos anos 30 bastante adesão das massas urbanas.

⁴ O termo desregulamentação será, doravante, utilizado para remeter aos anos das décadas de 70, 80 e 90, e quando necessária a especificação temporal ela será feita. De maneira ampla o termo será utilizado para fazer referência à concepção liberalizante e ativamente pró-mercado que tal período possuiu.

⁵ Helleiner aponta que a dominância do sistema financeiro era muito em função da complexidade das relações que ela tinha na economia, tendo atuado em diversas áreas, o que ocultava o papel das finanças enquanto agente ativo na proposição de políticas.

A crise do capitalismo nos anos 30 foi creditada aos movimentos de liberalização das décadas anteriores incentivou o uso das ferramentas de controle de movimento de capitais em diversos países da Europa, assim como nos EUA, onde o Federal Reserv (FED) - esta sendo uma instituição largamente influenciada pelos banqueiros - deixou de ser o ator central de política monetária no *New Deal*, sendo o Treasury Department⁶ (Tesouro americano) o responsável por controlar os *flying capitals*, ou fluxos de capitais indesejados e puramente especulativos de capitais, com a finalidade de direcionar os esforços , recursos e vontade para os locais certos. No final das contas o *New Deal* ,do presidente à época Franklin Roosevelt, teria mais margem de manobra política dada a situação alarmante da economia.

Foi entendido que a falta do controle sob as finanças tiraria o poder de gerência dos EUA num momento delicado de crise, o que não era nada desejável para um país em busca da superação das adversidades. Essa “lição” foi levada pelos responsáveis por formular os acordos de Bretton Woods: esse é um ponto central para o entendimento da substância do acordo.

A comitiva americana em BW foi liderada por Dexter White, um keynesiano que compactuava com as políticas de cunho restritivo de fluxo de capitais. O outro grande nome era o próprio Keynes, que se fez presente para, em grande medida, buscar mitigar os efeitos da minguante importância do Reino Unido no cenário econômico, e principalmente, no padrão monetário. O que estava por surgir era algo que corroboraria com a tendência já em vigor;

As he put it, the objective would be "to move the financial center of the world from London and Wall Street to the United States Treasury, and to create a new concept between nations in international finance.(HELLEINER apud GARDNER (1994: p. 31).

A frase acima se contextualiza já nas políticas do *New Deal*, e que teve um desfecho bastante claro com os acordos de BW. O movimento foi bastante claro: tirar o centro financeiro de Londres, e transferir para os EUA, coisa que já seria esperado, uma vez que a potência vencedora da segunda guerra foi os Estados Unidos. Mesmo Keynes com toda sua influência e o conhecido carisma e poder de convencimento não podia evitar algo praticamente inevitável.

⁶ Helleiner 1994: 22-23.

3.1.1 Concepção e linhas mestras de Bretton Woods

Como primeiro ponto importante a ser destacado, viu-se a necessidade de naquela conjuntura em que o encontro de BW foi realizado de que se fossem criadas as bases para a sociedade do pós-guerra. Não era desejável para nenhum país que os problemas que assolaram as economias do mundo nas décadas anteriores voltassem, como também era necessário que o padrão monetário por vir conseguisse cativar os ali presentes com uma perspectiva de futuro; com a liderança dos EUA enquanto o próxima grande potência capaz de restaurar a Europa e colocar o mundo na rota do crescimento, e tendo a restauração efetiva do padrão ouro vinculado ao dólar . Os EUA seriam então o novo líder nessa nova etapa histórica do capitalismo, e usaria o sua capacidade material intacta em contrapartida à Europa devastada, para implementar suas vontades e desejos em relação ao plano internacional econômico. Em Carvalho (2004) se tem a visão das necessidades que a linhas mestras do que viria a ser o tratado em Breton Woods;

Tratava-se de criar regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, havia imposto não apenas ao comércio internacional, mas também à própria operação das economias domésticas. (CARVALHO, 2014: p.50).

Dentre as questões debatidas à época, uma delas tinha a adesão da grande maioria dos presentes, sendo os mais importantes: Morgenthau, White e Keynes. A questão consistia na criação dos mecanismos de controle de capital⁷, pois se sabia que a incapacidade que os países pudessem vir a ter em controlar os fluxos de capital provocaria o imobilismo, em relação à possibilidade de se fazer política macroeconômica, e que isso traria um cenário de muita instabilidade econômica e poucos investimentos. O pior dos mundos seria tal instabilidade, principalmente para

⁷ Helleiner 1994: 37.

quem buscava voltar a ficar de pé após uma guerra mundial que devastou os países em todos os sentidos: moral, econômico e demograficamente.

A “concorrência” por juros que fossem atrativos para o capital externo não podia ser a prioridade dos países nessa conjuntura, existiam políticas internas desses países que necessitavam de mais atenção do que a ânsia especulativa do capital financeiro. É evidente o constrangimento de um país que, ao invés de gerir sua economia, precisa sempre - e as vezes de forma desesperada - buscar atrair capitais estrangeiros para que sua contabilidade nacional não naufrague junto a economia do país todo, é bastante perigoso, já que ele gera mecanismos de concentração de renda e fuga de excedente econômico⁸, como também inviabiliza a criação de um ambiente para o investimento.

Dito isso é necessário evidenciar a maneira como o debate se deu à época, uma vez que o consenso era uma forma de admitir que a política econômica nas décadas anteriores tinham sido completamente insuficiente para preservar a autonomia, para formular suas próprias políticas econômicas pois ficavam à mercê de momentos de surtos especulativos, e mais importante, que o liberalismo financeiro não era viável para que existissem taxas de câmbio equilibradas num comércio internacional mais justo e livre⁹. Esse último como o segundo grande objetivo da reunião; estabelecer um sistema de comércio livre, com menos barreiras e impedimentos para os países desse novo padrão monetário nascente.

Capital controls would thus be needed to prevent capital flows from "strangling" international trade instead of playing "their proper auxiliary role of facilitating trade. (HELLEINER, 1994).

Dessa forma, para Helleiner, fica clara a intenção de, 1) Criar-se mecanismos de controle do sistema financeiro para que os ataques especulativos destas instituições não causem constrangimentos e ajustes desnecessários para os países na formulação de sua política econômica, 2) tendo tal controle seria possível uma taxa de câmbio mais

⁸ Uma das formas pelas quais essa fuga poderia ocorrer seria, por exemplo, num cenário de incerteza e alta especulação, onde o país sofreria com a fuga de capitais, e para que suas contas externas fossem “salvas”, precisaria orientar recursos e esforços, sendo um deles a adoção de políticas monetárias austeras, e estas impedem no curto prazo investimentos pela falta de demanda efetiva, como também custam caro pois dentro do escopo das políticas austera está a elevação de preços estratégicos para a economia, como a taxa de juros.

⁹ O ponto central dessa afirmação está na concepção de Bretton Woods em favorecer um tipo de modelo econômica específico, onde a liberalização no comércio era bastante cara à essa visão “nova” de mundo.

compatível com a realidade de cada país, um comércio com viés mais liberal seria incentivado, e neste comércio é que se depositavam as esperanças de maior justiça e melhor alocação de recursos e capacidades entre os países no comércio internacional.

Essas políticas favoreciam o comércio mais livre entre os países e combinavam políticas de controle de fluxos de capitais para promover um estado de bem-estar foram denominadas de *embedded liberalism*¹⁰, ou liberalismo “enraizado”. Essa concepção ideológica foi a que permeou as décadas subsequentes à Bretton Woods, os anos 70, tendo como base políticas keynesianas que impactaram não só socialmente muitos países da Europa, mas também foram as bases para teorias macroeconômicas que absorveram as críticas de Keynes, mas que no seu núcleo continuavam com as premissas liberais.

Os desdobramentos desse *framework*, do qual o *embedded liberalism* é a expressão representante, são importantes para analisar a ascensão das finanças que ocorreu com o rompimento do padrão ouro-dólar na década de 70, todavia também se faz necessário ressaltar que a força das finanças se fez presente, mesmo que com as mãos atadas em virtude da maioria dos economistas em culpar as finanças mazelas econômica ocorridas nos anos anteriores ao encontro. Todavia algumas demandas pontuais foram incorporadas nas concessões às propostas originais de John Maynard Keynes, Dexter White e de Hans Morgenthau. Como vamos ver as finanças mesmo em um momento adverso, participaram de Bretton Woods e com influência relativa.

Helleiner (1994) deixa claro que as negociações em Bretton Woods passaram ao largo de serem fáceis, havia tanto oposição por partes de setores que apoiavam politicamente o *New Deal*¹¹ de *Franklin Roosevelt* quanto dos próprios banqueiros de Nova Iorque uma insatisfação com as proposições de intervenção governamental nas finanças internacionais¹² que, no mínimo, impediriam de replicar a experiência de altos lucros das décadas anteriores à grande crise.

O argumento dos banqueiros divergia agudamente do que estava em voga. Para eles os fluxos de capitais eram o oposto do advogado por Keynes e White, de outra forma defendiam ser uma forma de alocação de recursos baseada na lógica de preços de mercado, onde o capital fluiria para onde era mais bem remunerado, e os surtos

¹⁰ Helleiner utiliza o termo no mesmo sentido, para mostrar como esse *framework*, essa visão de mundo foi importante para nortear as políticas econômicas e a ideologia que o mundo experimentou nas década posteriores a Bretton Woods, culminando nos anos 70. O termo foi cunhado primeiramente por John Rugie.

¹¹ Helleiner 1994: 46,47.

¹² Ibid. 47.

especulativos que foram tão condenados à época, não passavam de más políticas governamentais, que se do contrário fossem ortodoxas e austeras não teriam sido o epicentro das crises, que se manifestou nas suas contas externas. Ao se manter nos “trilhos”, defendiam os banqueiros, se evitariam problemas com fuga de capitais¹³.

A realidade, porém, impedia que os banqueiros fossem alheios ao papel que especulação teve no período entre guerras, como aponta Helleiner, porém ambos divergiam de Keynes e White quanto à duração de tais controles. Utilizando o argumento acima, defenderam eles que o controle estendido do fluxo de capitais seria prejudicial no longo prazo, e esse mesmo argumento foi lançado mão para que o padrão-ouro dólar de Bretton Woods fosse desconstruído. Os acordos gestados por White e Keynes, disseram os paladinos da “liberdade, apenas reforçaram más práticas de governança, de políticas econômicas desreguladas e insustentável.

Outro argumento levantado, mas rapidamente rebatido, foi mostrado por Helleiner como um medo de haver controles de capitais por uma suposta associação ao regime Hitlerista baseado numa economia intervencionista, onde esses controles seriam;

"A perpetuation and legalization of control over capital movements is not compatible with any notion of a world that supposedly combats violence and dictatorial forms of government. "(HELLEINER 1994 apud, DE VEGH, 1943)

Nada mais descolado do que ocorreu na história recente, principalmente no que respeita à América Latina¹⁴. Porém a falsa correlação expostas acima ainda é bastante apelativa no âmbito do discurso e das imagens coletivas que ela gera.

Outro ponto que estabeleceu um debate acalorado foi a demanda dos banqueiros de Nova Iorque em relação a uma maior liberdade para os “fluxos de capitais

¹³ O discurso no qual se baseiam os banqueiros de Nova Iorque é consistente com os que foram utilizados nas décadas de 70 e 80, e também na grande era da liberalização dos anos 90 e 2000.

¹⁴ A história mostrou que a necessidade de se utilizar de meios antidemocráticos para estabelecer políticas de “liberdade” não vieram de ideias keynesianas, mas sim de teóricos que, como os banqueiros de Nova Iorque endossavam a necessidade de uma liberdade econômica irrestrita para os países que tinham a vontade de se desenvolverem. Um caso conhecido, e relado por Naomi Klein¹⁴ em seu livro e também em seu documentário, foi a utilização de regimes autoritários na América latina utilizando um argumento, que curiosamente, põe em xeque ao que era utilizado pelos banqueiros; a ditadura, ou meios antidemocráticos, foram a base das experiências da liberdade econômica.

produtivo”, que nada mais era que a possibilidade de se investir externamente, mas não somente em ativos de curto prazo do mercado financeiro, mas participando de empresas em sociedade ou compra direta, ou mesmo o investimento em abertura de plantas produtivas . A oposição se deu pelo banco da Inglaterra, que via que a capacidade produtiva da Inglaterra à época era diminuída e, possivelmente, uma perda de espaço da participação inglesa nos mercados internacionais, e também no seu mercado interno, seria extremamente danosa.

Essa demanda foi rechaçada pelos integrantes de BW, uma vez que deixar essa modalidade de capital livre, seria um meio do governo perder sua forma de exercer políticas de regulação, e mais uma vez deixa de aplicar as diretrizes de livre comércio que estava como questão central. Obviamente o interesse do banco inglês não residia no melhor andamento das negociações em prol das diretrizes consensuais, continuavam ideologicamente posicionados mais próximos aos banqueiros de Nova Iorque no que se refere ao FMI e medidas de austeridade e ortodoxia econômica ¹⁵, mas permitir o fluxo de capital produtivo em especial seria demasiadamente perigoso, colocaria a Inglaterra numa posição de xeque-mate em relação à relevância da libra: no final das contas nada conteve a ascensão do dólar frente a todas as moedas.

O debate acerca do papel das instituições pós-Bretton Woods seguiu, embora existisse um consenso sobre as formas como os controles de capital existiram, seja através de uma cooperação entre os países ou com uma regulação internacional de instituições ocupada por membros de diversos países do mundo. De forma abrangente o controle seria feito entre os países, de forma cooperativa, o FMI seria utilizado como uma fonte de recursos para países que, por ventura, enfrentassem problemas para fechar suas contas externas sem, portanto, ativamente exercer um controle direto sobre a maneira pela qual os países controlariam os seus movimentos de capitais. Todavia não foi imposta nenhuma obrigatoriedade de controles, mas um esforço para que os países aderissem aos controles de forma voluntária.

Os EUA por sua vez decidiu não adotar as medidas de controle de fluxo de capitais, talvez buscando dar o exemplo para o resto do mundo que, mesmo não tendo a moeda de troca universal, deveria utilizar um cambio mais livre, e que isso em particular seria o suficiente para o desenvolvimento econômico. As pressões que White sofreu durante o encontro certamente não modificaram as linhas do *embedded*

¹⁵ Helleiner 1994. P.46

liberalism dos anos posteriores, mas não é possível afirmar que não seja uma grande demonstração de força do poder financeiro intervir numa discussão desse calibre, mesmo num momento onde a realidade e os fatos ocorridos no pós-crise apontavam para uma importante exclusão dos grandes *players* das finanças em um encontro que tinha como razão de existir para afastar e corrigir os problemas de outrora.

The globalization of financial markets that has occurred in more recent years was not a direct product of the international economic order outlined in the Bretton Woods agreement. Despite the various alterations made in response to opposition from the New York bankers, the final Bretton Woods agreement retained the restrictive approach to international capital movements taken by Keynes and White in their early drafts. (HELLEINER 1994, p.49).

No trecho destacado Helleiner afirmar, que de certa forma o que foi decidido em Bretton Woods não teve uma relação causal direta com a liberalização financeira de anos posteriores, mas não é desprezível o fato que o poder da alta finança de Londres e Nova Iorque, mudou a rigidez dos controles de fluxo de capitais financeiros, mas que por motivos dedutíveis e já apontados não obteve o sucesso completo, porém jamais deixou de ter o poder econômico e, principalmente, político.

A influência do sistema financeiro e sua vontade de poder, o *der wille zur macht* que se expressou desde de Bretton Woods, passando pelo encontro em Mont Pèlerin¹⁶ e o crescente poder que as finanças foi tomando ao longo do século XX, mostrou que o estado mental que se apontava pela frente, que seja, de Estados mais intervencionistas foi combatido desde seu gérmen e de certa forma derrotado, não foi a aniquilação das finanças, mas apenas uma derrota dentro de uma guerra.

“Embedded liberal ideas in finance were not universally accepted in this period, however. Although they found strong support among industrialists, labor groups, and Keynesian-minded state officials, they were often opposed by the private and central bankers who dominated financial politics before 1931.” (HELLEINER 1994, p.50)

A vida política é pródiga em mostrar que uma visão de mundo quase nunca é unanimidade, assim foi com o liberalismo embutido, os banqueiros na ponta do sistema financeiro agiram politicamente, ganharam espaço e tornaram a visão de mundo

¹⁶ Este será explicado com mais detalhamento no Capítulo V deste trabalho.

hegemônica através de instituições e agentes que pregavam as mesmas ideias das décadas pré-crise de 30. Ironicamente eram as mesmas ideias que motivaram a ação dos banqueiros em Bretton Woods e que se concretizaram ao longo dos anos subsequentes.

3.2 O pós-Bretton Woods; o poder das ideias e o Embedded liberalism

Na literatura existe um consenso relativo sobre o período no qual as ideias econômicas keynesianas tiveram maior peso na formulação de políticas econômicas; como marco inicial se tem os anos 30, onde a crise econômica que se manifestou no descontrole do sistema financeiro, e ele foi como uma mola propulsora das deficiências e contradições do capitalismo, onde basicamente a incapacidade crônica de gerar demanda efetiva¹⁷, ou incapacidade de estimular o consumo *pari passu* à oferta teve no mercado financeiro uma “válvula de escape”, havendo então num primeiro momento uma inflação dos ativos financeiros que buscavam valorização e num segundo momento uma desvalorização destes mesmo ativos pois as expectativas de realização de produção e valorização das empresas não podia ser concretizada.

A reunião que estabeleceu os marcos para a criação do sistema monetário do pós-segunda guerra foi a reiteração da preocupação que os economistas possuíam com o sistema financeiro como uma instituição que impunha seu poder econômico sobre as outras esferas econômicas, assim como a preocupação em ter o Estado como agente econômico participante da vida econômica, evitando que houvesse momentos de insuficiência de demanda efetiva, assim como a promoção de políticas compatíveis com a concepção liberal-social, visando um capitalismo “adestrado” e de certa forma menos conivente com a barbárie da ideologia do livre-mercado.

3.2.1 As ideias keynesianas

“Ideas shape the course of history.” (Keynes)

¹⁷ Keynes explica isso no seu livro Teoria Geral;

O primeiro ponto que é necessário ser salientado é que as políticas de cunho keynesiano, apesar de possuírem em suas formulações um caráter intervencionista, passam ao largo de serem vinculadas a uma economia capitalista de Estado, ou onde o Estado é o agente econômico mais poderoso e coordenador da economia e de todo o investimento disponível. Keynes estava preocupado com o absurdo que via nos ajustes econômicos prolongados e desnecessários dos anos 30, e via que o Estado teria um papel importante para que tanto população quanto empresários pudessem mitigar suas perdas e se reestabelecer em um menor espaço de tempo.

Entretanto o “purismo” das ideias keynesianas, ou uma intervenção estatal com certos limites, em favor da atividade produtiva, com regras claras e com objetivo de não gerar custos altos via criação de dívidas em excesso não existiu, o que havia era uma série de embates políticos e fenômenos econômicos que permearam a formulação das políticas econômicas, em outras palavras: a realidade e as correlações de forças políticas tiveram bastante importância para a nova realidade do pós-guerra.

Mesmo nestes termos de embate político, era consensual a necessidade de que as economias voltassem a funcionar, tanto por uma questão moral quanto por uma questão de ordem social, porém cada país possuía uma realidade distinta, com uma dinâmica política e correlações de forças que moldaram as políticas econômicas efetivamente adotadas, embora o pano de fundo delas tivesse um apelo keynesiano, não deixaram de ser alvo de mudanças e disputas, o que é completamente normal em uma democracia. O esforço essencial para o entendimento das ideias keynesianas, porém, é traçar um panorama mais amplo, identificar as linhas mais abrangentes dessas ideias no ambiente internacional.

Logo, e com esse intuito, é preciso mostrar o ambiente em que nasceram as ideias keynesianas como uma possibilidade real de política pública. A crise de 29 foi um reflexo de uma era onde um liberalismo desenfreado, com a tomada de poder do setor financeiro e alta especulação nas bolsas de valor, resultou num desastre, e a população enfrentou e sofreu na vida cotidiana os efeitos dos problemas econômicos. Os setores produtivos foram paralisados e os países tiveram um grande constrangimento para realizar política econômica.

O movimento político da década de 30 foi em resposta à concepção de mundo liberal, e da mesma forma inaugurou uma forma de pensar que rompia com aquela ideia de convívio social. Setores da sociedade se organizaram para exigir uma ação concreta

do Estado: uma domesticação do capitalismo. Talvez o ponto importante desta constatação é mostrar que as ideias tiveram um apelo à sociedade bastante grande.

Em seu trabalho, Salant (1989) mostra que o impacto das ideias de Keynes já era sentido antes da publicação da “*Teoria geral do juro, emprego e moeda*”(1936), o seus *opus magnum*, mas também por uma outra publicação, “*The means of prosperity*” de 1933, cuja qual foi recebida com entusiasmo por outros economistas que partilhavam da mesma análise estimuladora da demanda efetiva e reguladora das forças de mercado. As ideias sobre um fenômeno econômico dificilmente tem apenas um precursor, isso ajudou na formação do consenso relativo, uma vez que outras pessoas pensavam a crise e sua superação com as linhas de pensamento parecidas, que envolviam críticas e propostas de soluções muito semelhantes entre si.

Gourevitch (1989) mostra que havia diversas alternativas nesse período, que se propuseram a resolver o problema da miséria e inanição econômica causada pela crise e uma vertente liberal, que via no ajuste deflacionário com rigidez das contas públicas e adoção de mecanismos que possibilitassem o mercado a retornar naturalmente ao seu equilíbrio, como uma forma de reestabelecer a economia. Também havia a perspectiva neomercantilista, onde a regulação estatal aconteceria, porém apenas para alguns setores e em detrimento de outros¹⁸ - setores não abonados seriam considerados mais fracos e portanto receberiam menos ajuda - , e a alternativa keynesiana, que promovia um reestabelecimento dos setores produtivos, colocando os bancos sob a tutela e vigia do Estado e promovendo a demanda efetiva via gasto direto do governo e uma melhora no ambiente do institucional para que a confiança e o *animal spirits* do capitalista resurgissem. Esta última, porém, exigia um fortalecimento de sindicatos patronais e de trabalhadores, assim como uma orientação de setores teoricamente antagônicos como industrial e agrário, em prol de uma melhoria das condições gerais da sociedade. Obviamente houve embate entre os setores, as políticas se desencontravam principalmente nas demandas e favorecimentos de curto prazo entre um setor e outro, foi assim nos anos 30 e da mesma forma aconteceu após a segunda guerra.

A necessidade de reconstruir os países era bastante clara naquele contexto, e também foi a ideia que um tipo de pacto necessitava existir para que os tempos de penúria fosse superados, mas o consenso relativo comportou debate que dividiram

¹⁸ Essa visão é chamada de Corporativista, ou uma condução de política via intervenção Estatal em favor de setores mais “eficientes”, com maiores possibilidades de “puxar o crescimento” num período de caos como aquele.

opiniões desses diversos atores da política, Gourevitch relembra uma lição básica da ciência política;

“ No government can operate effectively in a constitutional capitalist polity without the support of a substantial portion of owners and managers of business” GOUVERITCH, (1989, p.96)

A evidência maior é que alguns setores da sociedade possuem, mesmo em tempos de crise profunda, mais poder de barganha que outros, e no momento de uma tomada de decisões, onde os interesses e paixões se manifestam, as ideias são implementadas com tons de favorecimento a alguns setores em detrimento a outros, mesmo que pareçam de pequena importância e que sofram o “filtro” da disputa política. Parece uma obviedade para algum observador mais atento da dinâmica da política e os resultados que dela se observam, mas a história mostra que a balança tende a pender para os que mais possuem meios materiais, a despeito da tentativa de alguns de oferecer uma análise que comporta uma democracia utópica: a de fato democrática.

A necessidade de se criar um consenso era urgente, e as disputas existiram, porém em linhas gerais os diversos setores da sociedade convergiam em; Uma intervenção estatal de incentivo à demanda efetiva; controle do sistema financeiro; controle dos fluxos financeiros internacionais.

Também as políticas de bem-estar social e seguridade social foram fortemente endossadas. Com clareza é possível dizer que havia ideias em disputa, porém a visão de futuro dos presentes não podia prescindir da cautela com os eventos passados.

Nesse sentido é possível afirmar que o papel ideológico da teoria de Keynes e de suas subsequentes formulações de política econômica foi de dialogar com o momento em que estava inserida, tanto com setores da sociedade, quanto com economistas e burocratas: seu poder teórico de convencimento e a ampla aceitação foram respaldados na realidade.

O “laboratório” dos anos 30 fez com que nos anos 40 em Bretton Woods houvesse um consenso relativo para enfrentar as próximas décadas que estavam por vir. A duração dessa relação saudável entre política pública, Estado, sociedade civil e empresariado teve um limite, ou como é bem sabido, nos anos 70 quando o padrão monetário ouro-dólar foi destituído, e a ideologia liberal antes perdedora, ganhou força e virou a mesa no campo das ideias;

“ In terms of ideology , important changes had also followed from the successes of keynesianism and the welfare state. In the 1930s , the state had been seen as an ally of the propertied elites. Capturing it meant putting it to work for the poorand dispossessed. By the 1970s , the state seemed to work for a new set of established interests... Where state inaction had once been a cause of concern, state action was now blamed for many of evils.” (Ibidem, p. 105)

À época o Estado se transformou de aliado a inimigo, o causador de todos os fenômenos destrutivos, e ironicamente da estagnação com inflação que acompanhou os anos 70 e 80: a estagflação.

Esse processo de construção de uma ideia sobre economia e relações sociais foi feito sobre o consenso das ideias keynesianas. Elas se transformaram em políticas, e foram postas à prova e em função do sistema capitalista e seu padrão de acumulação. O diagnóstico, como já dito, era compartilhado por muitos, e ia no mesmo sentido: há necessidade de responder à nova realidade econômica, conectar políticas ao novo quadro mental onde o capitalismo deve estar, de alguma forma, em função das necessidades sociais.

Todavia, e como Ruggie (1982) e Helleiner (1994) mostraram, as dinâmicas econômicas sob o padrão ouro-dólar e o projeto americano de manutenção de sua hegemonia, foram insustentáveis dentro desse novo contexto econômico, as forças econômicas que surgiram após BW revelaram a falha da tentativa de controlar o capitalismo, ou de dar ares mais humanos à ele; do contrário o que ocorreu foi uma 1) intensa concorrência capitalista 2) unificação das finanças e 3) Aumento do poder do sistema financeiro internacional, trazendo junto uma disciplina e poder de intervenção nas economias de moeda fraca, “transformando os Estados nacionais em reféns das políticas do Grande Capital”¹⁹.

O berço dessa mudança, mais longinquamente, foi os anos 20 e depois os 40. No pós-guerra se traçaram as bases para o que ficou conhecido como *embedded liberalism*, ou liberalismo de enclave, surgisse. Cabe-nos agora explicar um pouco mais do que se tratou esse período.

¹⁹ DE MELLO, João Manuel Cardoso, Poder e Dinheiro, 1997. A citação mostra o panorama econômico dos anos pós - Bretton Woods, assim como o corpo e perfil que o capitalismo tomou nesse período e ainda prevalece contemporaneamente. O termo “Grande Capital” é entendido como as grandes corporações que se situam em uma em múltiplas atividades econômicas e que tem grande poder de gerências no capitalismo contemporâneo.

CAPÍTULO IV: *Embedded liberalism*; da aplicação das ideias keynesianas na forma de políticas públicas ao colapso de Bretton Woods

“A política é uma arte limitada pelo real e pelo possível [...]” MYRDAL (1997, p. 23)

4.1 O caminho para o auge

O momento de mudança, ou de corte profundo com a tradição liberal capitalista foi percebido por alguns intelectuais do pré- primeira guerra mundial, entre eles Polanyi (1944). Afirmava ele que as relações entre o Estado e a sociedade se davam pela hierarquia da segunda sob a primeira, o liberalismo dos anos anteriores a primeira guerra foram caracterizados pela sobreposição da ordem econômica à ordem social. O efeito desse descolamento foi destrutivo, e à medida que o sistema internacional entrou em colapso no final dos anos 20, o padrão monetário ouro-libra também ruiu, e foi possível perceber que uma transformação estava a caminho, tanto a liderança hegemônica da Inglaterra que não correspondia à realidade econômica e social que se apresentava, tanto o padrão monetário que era liderado pelo país hegemônico, e este não cumpria mais seu papel de estabilizador do sistema, condição essa basilar para a estabilidade.

A Inglaterra deixou de ser hegemônica a partir do momento em que não conseguiu reproduzir o padrão ideológico que a sustentou nos anos anteriores, e dessa forma além de não trazer conseguir liderar o regime monetário a continuidade da sua ação descolada da realidade material e política trariam efeitos perigosos nas relações entre os países. De certa forma isso se concretizou com a primeira guerra mundial, porém não foi o único motivo, a disputa colonial e de mercados e zonas de influência são variáveis importante que explicam o conflito, porém após o conflito, em 1931 para ser preciso, a Inglaterra além de não ser a liderança política, deixou de ser a liderança monetária ²⁰.

Indo um passo à frente, é possível tirar uma lição dessa dinâmica, tal lógica se aplica também às políticas keynesianas, e a relação estreita que uma política possui com

²⁰ (SERRANO, FRANKLIN , 2004)

a realidade: ela não tem uma autonomia de existir por mera inventividade humana, ela precisa de uma concretude, de uma base para que seja levada adiante.

No caso Keynes e Polanyi, ambos viam que as relações entre países no sistema internacional que viriam do pós-segunda Guerra deveriam exprimir essa mudança de *framework*, de um liberalismo predatório, para uma economia onde haveria mais poder dos agentes e do Estado sobre ela; com controles, regras e externalidades positivas para todos os setores da sociedade.

Exatamente essa mudança nas relações de poder no cenário internacional, em grande medida impulsionada pela transformação destrutiva do capitalismo, que culminou em guerra e crise, que precisa ser apreendida, e a política aplicada deveria dialogar com esse momento com firmeza, para que o capitalismo fosse salvo.

No processo de formação de política em prol do consenso social necessário, uma das políticas que se lançou mão foi a chamada de Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*²¹. Em seu texto, Fiori (1997.a) diz que esse era um novo paradigma das relações sociais, uma vez que as políticas adotadas eram política pública de fato – ou uma política que não é formulada ao acaso ou especificamente, mas faz parte de um conjunto de políticas bastante bem pensadas e normalmente com uma concepção ideológica bem definida de fundo - que concediam direitos sociais e segurança social com o objetivo de legitimar os Estados que estavam se reerguendo naquela contexto. A complexidade e a articulação dessas políticas não podem ser compreendidas apenas, como já dito, como uma política pontual, mas fruto de análises da realidade e buscando apreender as relações sociais entre os diversos setores da sociedade;

o *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçavam com papel do mercado e de família em termos de provisão social. (FIORI 1997.a apud MISHRA 1990).

Desse contexto conturbado liberalismo embutido se apresentou como um estabilizador das economias, com o princípio de comércio multilateral, não discriminatório e livre, juntamente com um Estado que controlaria os fluxos financeiros, entradas de capital para evitar que as políticas públicas de bem-estar social não fossem corroídas por intempéries macroeconômicas. Conjuntamente com o *Welfare state* o modo de conduzir as políticas tinha um pano de fundo que remetia ao controle. Buscou-se mitigar a barbárie tanto dos anos pré-crise usando os mecanismos de reestruturação,

²¹ Doravante (WE)

em que as bases podem ser descritas, sem muitas perdas, pelas proposições de políticas econômicas formuladas por Keynes n'O Teoria Geral.

Um pacto surgiu, e uma combinação auspiciosa entre Estado e mercado ajudados por instituições de fundo democráticos, seria a forma ideal para o funcionamento pleno dessa nova etapa do capitalismo.

Para a concretização dessas reformas políticas e condutas em relação à economia e sociedade, alguns fatores deveriam ser levados em conta; A destruição que a guerra causou demandou um forte aporte financeiro; dinheiro que viria dos Estados Unidos por ser a economia mais forte e estabelecida e certamente com mais condições materiais de desempenhar o papel de financiadora. Utilizou as instituições criadas em Bretton Woods, a saber no caso específico da reconstrução o Banco Mundial, que nasceu como o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e viabilizou políticas internas de vários países europeus, tanto de reestabelecer a demanda efetiva, quando de incentivo a industrialização desses países para que fossem criados empregos e renda. Também foi utilizado o FMI (Fundo monetário internacional), como já mencionado, que tinha o intuito de ser um mecanismo de regulação, e de ajuda aos países que passassem por dificuldade de ajuste nas suas balanças de pagamentos. O fundo criava uma orientação de política, alinhada a ideologia e política keynesiana, corroborando a ação do BIRD e abrindo uma “avenida” para o comércio livre que teve espaço nessa época. Para ajudar na regulação com comércio, a terceira importante instituição que surgiu de neste encontro foi o GATT, sigla em inglês que significa Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Como a base do *embedded liberalism* estava no controle Estatal dos “excessos do capitalismo”, ao mesmo tempo criando uma liberdade comercial para que todos os incentivos à indústria, demanda e reconstrução dos países de fato ocorresse, o GATT era essencial para que todo o mecanismo de regulação e controle das finanças internacionais, assim como e o dinheiro aportado, tivesse um retorno, e o estabelecimento de regras para o comércio contra a formação de monopólios , cartéis ou práticas discriminatórias que iam de encontro à uma das bandeiras principais desse novo *framework*, o multilateralismo, contra o *dumping* e estabelecendo as bases e limites das tarifas cobradas pelos países.

O esforço intelectual, político e financeiro empreendido pelos países vencedores da guerra, mas personificados pelos EUA como os grandes vencedores, tinha também uma motivação que ia além das citadas: era no âmbito da disputa ideológica.

A perspectiva liberal *laissez-faire*, estava desacreditada e longe do pensamento pragmáticos de diversos políticos e formuladores de política econômica, porém o “fantasma” vermelho parecia se tornar cada vez mais real e evidente. O pós-guerra fez a aliança com a união soviética se tornar insustentável, a disputa por regiões de influência foi ficando cada vez mais acirrada, e esse movimento foi o combustível para que além de instituições o auxílio financeiro fosse uma política pública, chamada de plano Marshall²².

Na busca de consolidar um bloco de influência na Europa, e alguns países da Ásia, os Estados Unidos se viram com a necessidade de formalizar um canal de ajuda para, e principalmente, Europa, a fim de evitar que no meio da destruição e completa desolação a “tentação” comunista se sobressaísse às ideias americanas e à sua influência.

Dessa forma as políticas keynesianas estavam em favor da ordem, longe do purismo democrático do liberalismo social de Sr. Keynes e próxima às estruturas de poder que necessitavam de capacidade produtiva elevada, demanda efetiva a curtíssimo prazo e um comércio bastante volumoso para dar vazão à ânsia de valorização de capitais que os EUA necessitavam.

Em seu texto, Carvalho (2004) mostra que das instituições criadas em BW o FMI exercia o papel mais importante para respaldar o regime ouro-dólar, uma vez que supria as necessidades de divisas em dólares de países deficitários em suas balanças de pagamento.

Já Keynes, que contrariamente a função que o FMI acabou por ser incumbido, sempre advogou por um regime internacional onde os países deficitários não fossem largamente penalizados, mas que o sistema funcionasse para mitigar as diferenças estruturais que tais países tinham, e a condição desfavorável no comércio internacional exprimia tais descompassos em relações a países que detinham mais vantagens comparativas e competitivas.

O sistema almejado por Keynes não eram as políticas keynesianas das instituições que viriam a ser criadas, pois também previa um endosso da autonomia do país que detivesse a moeda de referência, no caso os EUA. Ele propôs um sistema de

²² Não nos cabe aqui formular um geografia desse plano de reconstrução e auxílio aos países da Europa e Àsia no pós-guerra, mas se trabalha com a hipótese que foi direcionado para países que possuíam um conflito interno potencialmente prejudicial a relação de poder da “guerra fria”, e foi usado como ferramenta de convencimento a nível mundial, já que muitos dos países agraciados por essa fonte de recursos e políticas conseguiu alcançar um estágio avançado de desenvolvimento.

compensação entre países, que utilizariam uma moeda escritural internacional que se chamaria *bancor*, e as entradas e saídas dessa moeda seriam, ou créditos ou débitos em sua balança de pagamentos. A avaliação da necessidade de recompor as reservas sendo feita pelo fundo gestor dessa moeda. Os critérios se relacionariam com a capacidade produtiva e de demanda efetiva desses países, onde, por exemplo, países com nível econômico muito acima das suas capacidades teriam condicionantes para receber o *bancor*, e países superavitários que se recusassem a colaborar com países deficitários sofreriam multas. Em suma o sistema que Keynes defendeu impedia que países utilizassem suas vantagens comerciais e materiais para submeter outros países na forma da moeda e de constrangimentos que descompasso nas balanças de pagamentos pudessem vir causar, agravando a interdependência desigual, que fragilizaria os países mais “expostos” com perda de renda e variação dos preços domésticos.

O plano americano, encabeçado por White era bem mais “simples”, almejava controlar a competição que houve nos anos 30 entre os países, que à época utilizaram a desvalorização de suas taxas de câmbio para se tornarem mais atraentes, como aponta Carvalho (2004) nas chamadas “desvalorizações competitivas, esse tipo de competição apenas exportava problemas estruturais para os outros países, sendo o comércio o vetor desse mecanismo. O FMI então entraria como uma instituição que também seria o fundo internacional para onde os países deficitários recorreriam, porém em sua concepção estava o gene da disciplina, pois ao contrário da proposta de Keynes, o fundo apenas seria a última instância à qual os países deficitários recorreriam, e tendo de pagar um preço por estarem em posição desfavorável no comércio internacional: o ajuste.

Dentro do *framework* vigente, o keynesianismo, essa perspectiva de controle já estava presente, e a despeito das outras instituições que regulariam os “excessos” de países mais poderosos, o peso do ajuste não cairia de forma ampla como Keynes tinha como ideal, apenas se focava em países teoricamente mais enfraquecidos.

Os anos que seguiram as negociações de Bretton Woods, mesmo não tendo sido formuladas políticas ideais do ponto de vista da democratização do cenário internacional e via redistribuição das correlações de força, de qualquer forma foram de “comprovação” do funcionamento do que havia sido arquitetado, uma amostra de como

um capitalismo deveria ser sem a ameaça das forças destruidoras das finanças especulativas e de um contraditório livre-mercado dos monopólios²³ de outras épocas.

Os anos que ficaram conhecidos como os 30 gloriosos são vastamente documentados como os de maior prosperidade do capitalismo, onde as taxas de crescimento e renda per capita tiveram uma expansão nunca vista. Um dos pilares para que esse “sucesso” fosse alcançado estava no liberalismo enclausurado, ou embutido, que aqui recorrentemente chamamos de *embedded liberalism*, Ruggie (1982). Consiste num comércio livre e com capacidade de aumento em volume e transações crescente. Na tabela abaixo segue um índice que mede o nível do comércio mundo ao longo do tempo, onde a taxa exprime a intensidade desse comércio;

Quadro 1 – Taxa de volume de comércio mundial (%)

Ano	Taxa do volume do comércio mundial (%)
1500-1820	0,96
1820-70	4,18
1870-1913	3,4
1913-50	0,9
1950-73	7,88
1973-2001	5,22
1820-2001	3,93

Fonte: Maddison (2005:22)

As partes em negritos representam o período de interesse quando se fala em *embedded liberalism*, e o segundo é o índice agregado do período de expansão industrial, ou o período que representa o capitalismo contemporâneo.

O período de 1950-73 é o que possui um comércio mais intenso entre os países, e que corrobora a importância que as instituições e políticas keynesianas tiveram em praticar sua concepção primeira, estabelecendo o caminho para o crescimento e mecanismos que facilitassem o comércio, pode-se perceber que no período em questão a taxa que apresenta o volume comercializado no mundo foi de 7,88%, comparativamente uma variação bastante grande se comparando aos outros períodos da Tabela 1.1.

²³ A formação dos monopólios e das potências industriais é amplamente debatido por Eric Hobsbawm em seu “A Era do Capital”. Também como será abordados em outros momentos, a formação dos monopólios não foi abortada, apenas se modificou e se adaptou a nova orientação do Estado.

Os dados sobre o crescimento do PIB, em diversos períodos, podem ser visto na tabela seguinte;

Quadro 2 – Taxa de crescimento do PIB comparativa (%)

Ano	1870-1913	1913-50	1950-73	1973-2001
Austria	2,41	0,25	5,32	2,38
Bélgica	2,02	1,03	4,08	2,14
Dinamarca	2,66	2,55	3,81	2,06
Finlândia	2,74	2,69	4,94	2,54
França	1,63	1,15	5,05	2,2
Alemanha	2,81	0,3	5,68	1,75
Italia	1,9	1,49	5,64	2,3
Holanda	2,16	2,43	4,74	2,46
Suécia	2,17	2,74	3,73	1,83
Suiça	2,55	2,6	4,51	1,16
Reino Unido	1,9	1,19	2,93	2,08
Média dos países Europeus	2,27	1,67	4,58	2,08
America Latina	3,48	3,42	5,38	2,89
Ásia	0,97	0,82	5,17	5,41
Mundo	2,11	1,82	4,9	3,05

Fonte: Maddison (2001: 260)

As taxas de crescimento conseguem mostrar com clareza a força que o período teve no crescimento dos países comparativamente a outros anos. A coluna terceira mostra o período de interesse, sendo a taxa de crescimento do PIB médio da Europa de 4,58%, com países como França, Áustria, Alemanha e Itália crescendo acima da média mundial de 4,9%. Isso deixa claro que o crescimento dos países europeus foi fortemente evidenciado em relação a outros períodos.

Outra tabela também é capaz de mostrar que em relação à população, o crescimento ocorreu de fato;

Quadro 2.1 – Taxa de crescimento do PIB per capita (%)

Ano	1870-1913	1913-50	1950-73	1973-2001
Austria	1,45	0,18	4,94	2,12
Bélgica	1,05	0,7	3,54	1,95
Dinamarca	1,57	1,56	3,08	1,83
Finlândia	1,44	1,91	4,25	2,19
França	1,45	1,12	4,04	1,71
Alemanha	1,61	0,17	5,02	1,6
Italia	1,26	0,85	4,95	2,1
Holanda	0,9	1,07	3,45	1,83
Suécia	1,46	2,12	3,06	1,52
Suíça	1,66	2,06	3,08	0,72
Reino Unido	1,01	0,93	2,42	1,86
Média dos países Europeus	1,35	1,15	3,80	1,77
America Latina	1,82	1,43	2,58	0,91
Ásia	0,42	-0,1	2,91	3,55
Mundo	1,3	0,88	2,92	1,41

Fonte: Maddison (2001: p,263)

O gráfico deixa claro que entre 1950 e 1973 a renda per capita nos países europeus cresceu para o conjunto dos países, sendo Alemanha, Áustria e Itália os “líderes” desse crescimento per capita, e os países listados experimentando um crescimento médio de 3,80 % para o mesmo período.

Os dados servem não apenas como uma evidência que concorda com uma ampla maioria de análises que exaltam os *30 gloriosos*, mas para mostrar que também foi um período de relativa exceção, e isso sendo dito levando em conta os pontos já levantados sobre a forma de controle do capitalismo de livre-mercado e de forte *framework* que levou a um consenso sobre as políticas que seriam gestada e, como os dados mostram, levada a cabo com sucesso.

A nova ordem mundial instituída em BW mostrou desempenho na prática, a organização tanto de Estado quanto de sociedade e instituições foi condição *sine qua non* para tal sucesso, o conceito de controle que as políticas Keynesianas tinha em sua “alma” foram essenciais para reparar em partes o capitalismo, e os países que sofreram as consequências da guerra, mas de forma análoga mostrou que as forças do capitalismo são brutalmente superiores à qualquer voluntarismo tecnicista, onde a posição do economista profissional e suas fórmulas mágicas de políticas macroeconômicas e políticas de bem-estar pudesse se contrapor à realidade políticas que carrega nos seus

entes sociais de interesse; políticos, empresário, classes sociais empáticas ideologicamente.

Tendo isso em mente, é necessário explicar os motivos que levaram o capitalismo à se libertar de suas amarras.

4.2 O fim de uma era

O objetivo de “humanizar o capitalismo”, ou mesmo admitir que ele possuísse falhas é algo que à década de 30 era totalmente “revolucionário”. A existência políticas governamentais de assistência aos muito pobres existiam, um exemplo é a lei dos pobres no Reino Unido do século XVI que fora revigorada no século XIX, todavia políticas públicas eram coisa nova, a ideia do bem-estar social, aliada a políticas de controle da economia, e tudo isso amplamente pensado por economistas profissionais sem dúvida foi a grande revolução.

Os questionamentos ao capitalismo são muito mais antigos do que os feitos por Keynes, porém as soluções de uma via alternativa, ou terceira via, apenas foram consolidadas com o advento da crise de 29: a ideia do controle na forma de política pública nasce, desenvolve-se logo após a segunda guerra e perdura por três décadas.

Como já ilustrado o crescimento foi bastante evidente, a Europa foi amplamente beneficiada por essa nova ordem mundial, suas instituições e o dinheiro que dela provieram, porém esse período foi atravessado por uma série de eventos e contradições que colocaram as políticas keynesianas em “xeque”, favorecendo a emergência de forças desestabilizadoras, a saber as mesmas pré crise de 29, e colocando o cenário internacional sob a tutela e o poder de gerência da força selvagem que se tentou mitigar durante todo o período dos 30 gloriosos; as finanças.

Com o objetivo de mostrar a ascensão das finanças, e posteriormente, a ideologia que endossou sua aceitação, é preciso fazer o resgate dos fatos que contribuíram para que o padrão monetário ouro-dólar se dissolvesse.

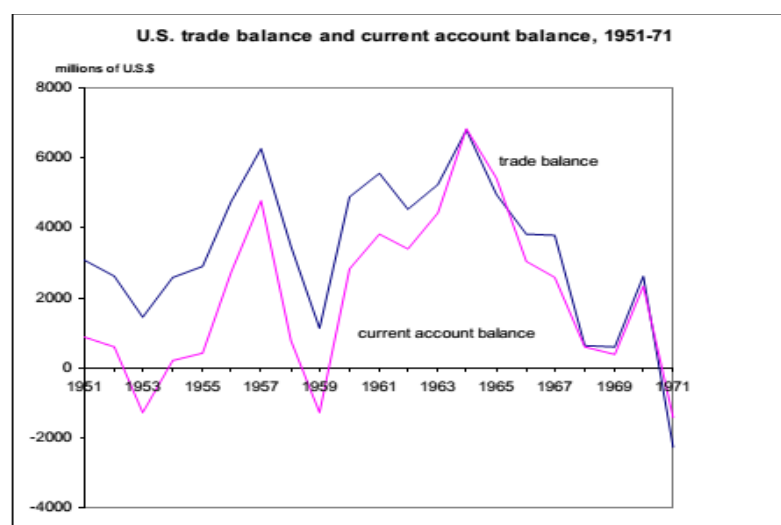
4.2.1 As contradições do dólar: um projeto que não se ajusta à realidade

Como orienta o título, é possível falar do “início do fim”, a partir do ponto de vista do projeto de poder dos EUA, cujo qual não era meramente ter a posse da moeda internacional, mas a partir desse fato se constituir como potência hegemônica, capaz de exercer sua influência nas diversas instituições – seja nas criadas após BW como FMI, BIRD(Banco Mundial), GATT – ou as já existentes como ONU, e de forma indireta sob governos que estivessem sob sua tutela frente à União Soviética: ao fim e ao cabo era um projeto de poder.

Fato é que a ambição norte americana possuía um entrave, que se expressava com os demais países que se punham como aliados, coexistindo em um ambiente competitivo no mercado internacional, o que representava um perigo, somando-se ao fato de que esses países possuíam dólares, assim como ouro na forma de reservas.

O primeiro sinal contraditório que podemos elencar a partir da ótica do dólar e seu papel no sistema internacional é que o atrelamento do ouro ao dólar, juntamente a enorme demanda por dólares pelos países que provocava uma série de problemas para a economia americana. Incentivados pelo seu projeto de expansão econômica os EUA por diversos anos, e como mostra Gilpin (2002), cultivou uma situação deficitária na sua balança de pagamentos, por diversos anos com grave déficit em períodos como em 53, 50 e , após se recuperar de 1960 até meados de 64, experimentou uma instabilidade com tendência decrescente até o fim da paridade ouro-dólar em 1971.

Figura 1. Balança comercial americana de 1951 a 1971 (US\$)



Fonte: EICHEGREEN, (2004).

O sistema de conversibilidade criado em Bretton Woods, tinha como elemento relevante, justamente um equilíbrio nas balanças de pagamentos dos países, para que suas moedas comparadas ao ouro tivessem um valor estável, obviamente de acordo com a quantidade em circulação e a demanda por elas, e isso que as tornariam conversíveis por qualquer outra moeda no sistema internacional: em suma as moedas teriam a possibilidade de ter o mesmo peso, e serem transacionadas de forma relativamente igual entre si.

Todavia Garlipp (2001), alerta que esse princípio esconde as discrepâncias existentes em relação à reserva de ouro que os países possuíam, o que para os EUA era uma vantagem ter as maiores reservas, mas que seria um problema grande num padrão onde o ouro fosse a única ancoragem de reserva de valor. Fato é que um padrão ouro-dólar, com os EUA emitindo e tendo controle da moeda internacional, só poderia se esperar conflitos e disputas desestabilizadoras, na economia, na política e nas políticas econômicas.

A possibilidade dos EUA, enquanto país emissor, de mudar a sua taxa de câmbio também seria prejudicado em virtude do efeito em cascata que isso traria. Ao tentar tornar mais competitiva sua exportação com uma depreciação da sua moeda, outros países também poderiam fazer o mesmo, o que remontaria ao cenário dado nos anos 30 de desvalorizações competitivas e deletérias. Essa fragilização das moedas e do comércio internacional foi umas das preocupações dos que estavam presentes em Bretton Woods, e dessa forma alterações do câmbio foram postas em discussão e se chegou à conclusão que as variações poderiam acontecer, mas apenas sob determinadas condições e sob a vigilância do FMI.

Dessa forma essa limitação de ordem prática se apresentou como uma grande assimetria.

Este sistema de paridade ouro-dólar colocava o poder dos EUA em relação a liquidez internacional monetária como uma fonte de desequilíbrio, uma vez que ao deter a moeda internacional e ao emití-la se possuía o controle da quantidade de moeda disponível, e conseqüentemente de reservas disponíveis, e logicamente essa dinâmica de impressão de moeda estava estreitamente conectada com as intenções que os EUA por tinham ao realizar tais política: em suma o mundo estava à mercê da discricionariedade do interesse econômico americano através da sua posição superior na hierarquia monetária.

Isso por si põe em xeque as preposições fundamentais de BW, a saber; autonomia interna para que os países façam políticas orientadas para a reconstrução e desenvolvimento; impedindo que os fatores externos ou “exógenos”, ameçassem essa autonomia. Mesmo com esse desvirtuamento dos pressupostos acordados em BW, um tipo de cálculo utilitarista de vantagens e desvantagens foi implicitamente feito na forma do discurso, e o lema virou: abdicar de algum grau de liberdade(política monetária totalmente nacional), em prol de um sistema internacional voltado para o desenvolvimento.

Porém essa estratégia tinha falhas estruturais, que foram denunciadas pelo economista Robert Triffin em 1968 pela primeira vez. A crítica referia justamente a forma como os EUA emitiam moeda em relação as reservas que possuíam, e esta questão ficou conhecida como “Dilema de Triffin”. Para ele o sistema criado em BW tenderia a operar fora das regras do jogo, uma vez que os países deveriam crescer de acordo com as possibilidades que sua balança de pagamentos impunham, e que seriam; ter uma produtividade *pari pasu* ao crescimento – onde essa produção seria para consumo interno e exportação - ; importações ajustadas a um nível de preços condizentes com a realidade do país. Dessa forma políticas que alterassem de forma significativa o preço da moeda, ou que colocassem a balança comercial em desequilíbrio seriam prejudiciais à balança de pagamentos, e portanto desestabilizadoras para o país emissor, e por fim, para o sistema monetário ouro-dólar.

Dessa forma a arquitetura do sistema monetário continha outra contradição, já que era baseado na paridade entre ouro e dólar, e sabendo que as reservas de ouro não podem aumentar nem se movimentar de forma rápida, os países deveriam possuir moeda americana como reserva internacional, provocando uma instabilidade com tendências crônicas para a balança de pagamentos dos EUA, assim como uma insustentabilidade entre a proporção de ouro dos EUA (mesmo sendo as reservas muito superiores do que os demais países) e a quantidade de liquidez em circulação. Inevitavelmente o lastro não faria mais sentido em função da quantidade excessiva de moeda, e a não convertibilidade dissolveria o sistema como um todo, pois não haveria credibilidade na moeda pelos agentes.

O debate em relação a quantidade de reservas de ouro e sua insustentabilidade contém controvérsias, como as que aponta Serrano (2002) em relação a velocidade constante do ouro não que não pode ser comprovada na prática, uma vez que com os fluxos internacionais de capitais a velocidade do ouro poderia crescer de forma enorme,

e a proporcionalidade entre dólar e ouro poderia ser mantida, mesmo que de forma discricionária. Logo o dilema de Triffin sob essa perspectiva perde de certa forma o seu sentido, todavia o problema real da economia americana continua a existir. Mesmo a causa do colapso não sendo as estritamente relacionadas à relação dólar/ouro e sua convertibilidade, os desequilíbrios continuavam a ser um problemas em potencial, porém apresentados de outra forma e com outras bases explicativas.

Esse problema em potencial, como já mencionado, não foi evidente e nem um incomodo de grandes proporções aos EUA, pois como argumenta Serrano (Idem) deter a moeda internacional era um privilégio;

O verdadeiro privilégio dos Estados Unidos no padrão ouro-dólar era idêntico ao da Inglaterra no padrão ouro-libra, ou seja, o país não tem restrição global de balança de pagamentos e, além disso, sua autoridade monetária determina *unilateralmente* a taxa de juros mundial. Era claro que os Estados Unidos não queriam perder esse privilégio. (SERRANO 2002, p.12)

A questão, porém não se resumem às relações monetaristas que correlacionam a capacidade de emissão de moeda com seu lastro, e os efeitos negativos como inflação e descompassos nas contas de um país. Fato é que o empecilho que se apresentava na forma de um déficit na balança de pagamentos, e posteriormente uma inflação. Indo mais ao fundo da questão tinha o descompasso na balança de pagamentos não tinha apenas uma consequência monetária, estava relacionada à sua posição de liderança internacional.

Fato é que ter um descompasso por tantos anos na balança de pagamentos provocado pelas suas intenções políticas e econômicas, apenas era aceitável, pois havia benefícios claros para tal prática, tanto para o EUA quanto para o Japão e países da Europa. O consenso criado sob a situação monetária do sistema internacional justificase pela imensa quantidade de dólares emitidos, uma alta liquidez que financiou todos os programas de auxílio à Europa, e o gasto bélico na guerra do Vietnã.

Da mesma forma a liquidez ajudou no processo de surgimento das empresas multinacionais, tanto europeias, mas especialmente as americanas. O passar dos anos praticando um tipo de desequilíbrio conveniente, engendrou algumas situações que foram se mostrando extremamente desconfortáveis, a saber, ter ao mesmo tempo uma economia competitiva que mesmo sofrendo com uma moeda extremamente demandada, e por isso sofrendo com pressão cambial que lhe desvalorizava, conseguia importar

produtos de diversas partes do globo e exportar inflação²⁴ para outras partes. Dito de outra forma os EUA possuíam uma moeda que valia bastante, era usada pelo mundo todo²⁵, o que lhe gerava ganhos bastante grandes.

Outro fenômeno que estava interligado a essa expansão comercial e das multinacionais através do mundo foi o aparecimento de um pujante sistema financeiro na Europa, que tinha como objetivo negociar dólares e, como todo o sistema financeiro tende a fazer, buscava valorização dos dólares que estavam no mercado, o que gerou uma canalização e aumento da liquidez de dólares e especulação naqueles mercados.

4.2.2 O mercado dos eurodólares e a “libertação” do sistema financeiro

A criação do mercado de eurodólares teve forte motivação com a crise cambial de 1957²⁶, onde a libra esterlina, e obviamente a Inglaterra, foi exposta a medidas de maior controle dos fluxos financeiros, restrições ao uso de libras aos não residentes e em certa medida uso de políticas de austeridade e controle dos preços-chaves macroeconômicos.

A demanda, por uma moeda que intermediasse os negócios entre países fora da área da libra – que agora se encontrava impedida de ser usada pelos não residentes – impulsionou a ideia de utilizar dólares nessas negociações, e mesmo com a restrição do uso de libras para não residentes ter sido abolida em 1959, o mercado nascente se mostrou muito atrativo e permaneceu convivendo com o período de ajuste e sendo levado adiante do revés. Uma das vantagens em continuar usando dólares foi a liberdade dos bancos que negociavam na praça financeira de Londres de poderem fugir do controle de fluxo de capitais instituído pelo governo inglês.

O processo de fortalecimento e endosso do mercado de eurodólares perdurou com força por bastantes anos, e coadunou tanto a necessidade de liquidez internacional na forma da moeda internacional, quanto a possibilidade de escapar das regulações e

²⁴ O mecanismo sugerido é através da alta competitividade que possuía a economia americana, que após a guerra constituiu um complexo industrial bastante intensivo em capital com uma grande produtividade.

²⁵ Os ganhos em questão se relacionam com a senhoriagem, ou os ganhos que um país ganha ao emitir papel moeda.

²⁶ Crise relatada por Helleiner (1994) em que a posição da libra esterlina ficou ameaçada pela existência de fluxos de capital financeiro em grande escalada, que pressionavam a balança de pagamentos Inglesa e forçaram adoção de políticas austeras e de controle de fluxos de capital mais rígidas.

restrições que eram intrínsecas ao acordo de Bretton Woods. Como foi fácil de perceber, a expansão descontrolada desse mercado ajudou no agravamento da fragilidade americana.

De outra forma, a imensa liquidez que à época se percebia também engendrou um processo de fortalecimento do capital financeiro e especulativo na Europa. Esse mercado externo aos EUA, adicionou as dificuldades que Triffin apresentou em relação a balança de pagamentos. Este mercado, como mostra Gilpin (2002) era endereçado a filiais do mundo inteiro, de segmentos industriais, bancos e outros bancos centrais que estavam estabelecidos na Europa, que buscavam negociar os dólares depositados em bancos, principalmente na Inglaterra.

O mercado de eurodólares foi tomando corpo, e se tornando cada vez mais significativo em termos de negociação de papeis e moedas, e como aponta Gilpin (idem) outras moedas além do dólar começaram a circular, chegando a divisas comerciadas em torno de 35 trilhões de dólares, algo nunca antes experimentado no sistema financeiro internacional até então.

Todavia o ponto central desse mercado de dólares *offshore* é o seu caráter internacionalizante, e um componente relevante em termos de pressão sob o sistema monetário. Garlipp, (2001) apud Watchel, (1986) mostra o quão importante foi esse mercado, uma vez que constituiu “a primeira forma de dinheiro realmente supranacional” atendendo a uma demandas dos bancos centrais e bancos privados que operavam com os eurodólares.

A subversão à Bretton Woods era muito importante para o padrão de acumulação que se apresentava, como já exposto, todavia o pilar econômico e ideológico que sustentava os acordos e o *embedded liberalism* girava em torno do controle das finanças internacionais, e tinha a preocupação de evitar uma maior porosidade dos Estados em relação à movimentação financeira e o volume desses fluxos e toda a capacidade destrutiva que eles historicamente demonstraram.

De fato o mercado de eurodólares se mostrou bastante independente dos controles de fluxo de capitais, o que é na prática uma ameaça a soberania monetária dos países em termos, os Estados deixaram de exercer seu poder em favor do poder do sistema financeiro do que jamais poderia se imaginar existir dentro de um *framework* de políticas keynesianas;

“[...]...states have played a much more central role in the reemergence of global finance. By easing controls, states have given market operators more freedom than they otherwise would have had.” (HELLEINER,1994: p.81)

A proporção que o mercado de eurodólares tomou foi assombrosa, se juntando a crise da balança de pagamentos americana, ou na verdade, pressionando as já deterioradas contas externa pelo descontrole que o uso dos dólares configurou. Ao ameaçar o preço da moeda mundial com sua política monetária discricionária, os efeitos inflacionários também foram sentidos pelos próprios americanos. Somando-se a isso existiu uma crescente competição de outras moedas como o iene japonês e o marco alemão com o dólar, logo a ação americana contra essa realidade ameaçadora foi se colocar como uma hegemonia de fato, e que não estava disposta a perder espaço sem “contra-atacar”.

O que foi feito durante os “30 gloriosos, foi para justificar tanto sua supremacia econômica, poder político e militar, e que à custa da estabilidade internacional e via expansão do seu capital para o exterior e via emissão massiva de dólares, *status* esse conseguido nos anos 30 e 40, confirmado com o acordo de Bretton Woods e ratificado com seu comportamento contraditório, “violando” os acordos e agindo de forma apenas a expandir sua rede de influência e poder.

Porém como já seria esperado de um país poderoso, houve mudanças no cenário mundial e amplamente protagonizadas pelos americanos. A partir dos anos 70 os Estados Unidos adotam uma série de medidas econômicas unilaterais, que condicionam os outros países ao seu arcabouço institucional, desestruturam as concessões de outrora, e puxam o mundo inteiro para um onde os custos da expansão monetária e das políticas econômicas discricionárias americanas em prol do seu projeto hegemônico, recaem sobre os países mais frágeis na hierarquia econômica internacional, países esses que havia aproveitando a “maré de alta liquidez” para tocarem seus projetos de desenvolvimento autônomo, e agora se viam numa armadilha e com suas dívidas externas aumentando em quantidade considerável em relação ao PIB.

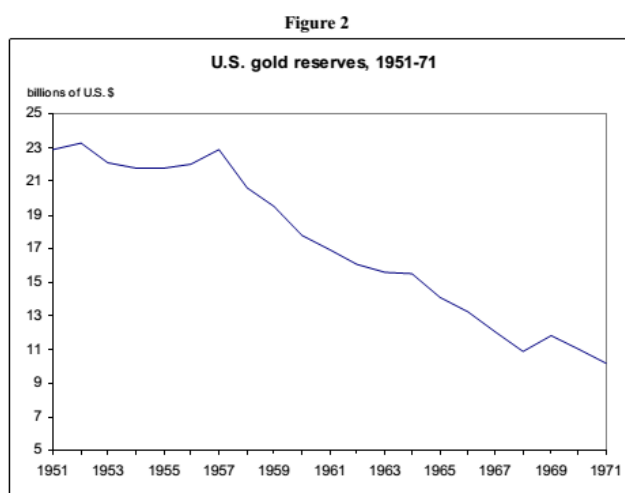
Por hora se faz importante mostrar quais foram as políticas adotadas pelos estados unidos, e de que forma elas levaram a ascensão das forças de mercado, dos mercados financeiros e da disciplina conservadora e disciplinadora que se faz vigente nos dias atuais.

CAPÍTULO V: A ascensão liberal-conservadora: políticas econômicas e o quadro mental do neoliberalismo

A Situação da economia americana era de uma instabilidade e uma ameaça iminente a moeda e a situação de hegemonia dos EUA: a solução foi iniciar um processo de rompimento com os acordos de Bretton Woods.

O primeiro movimento nessa direção aconteceu no governo Nixon, em 1971, quando as taxas fixas de câmbio foram abandonadas, fazendo com que o ouro não funcionasse mais efetivamente como uma paridade ao dólar, muito em virtude do aumento de inflação americana em relação as outras economia , o que precisamente pressionou a taxa de câmbio americana, aliando-se ao fato que as reservas de ouro americanas estavam cada vez mais se esvaindo.

Figura 2. Reserva de ouro americana em bilhões de dólares (US\$)



Fonte: EICHEGREEN, (2004)

A partir de uma perspectiva ideológica, é possível afirmar que o momento em que a crise da instabilidade da hegemonia americana se deu, provocou uma reação por parte das alas mais conservadoras do espectro teórico e político, e como podemos observar a partir da medidas unilaterais adotadas pelos EUA para mitigar e reverter o quadro desfavorável que Garlipp (2001) mostra, e logo a ascensão e reavivamento das

perspectivas liberais, e uma série de indicações de políticas econômicas com esse viés começaram a ser adotadas a partir da década de 70, a saber; i) suspensão da convertibilidade ouro-dólar, ii) pressão para a valorização cambial de Alemanha e Japão via tarifas para importação de produtos nos EUA , iii) depreciação dos salários e controle de preços e por último, iv) uma consequência dessas ações é a desvalorização do dólar, para que as pressões sobre a economia americana fossem arrefecidas.

O ponto central é ver essa mudança de cenário mundial, entre outros fatos que se relacionam ao padrão de acumulação capitalista e as estruturas sociais que se relacionam com ele, é que a agenda liberal está novamente em pauta, em políticas que serão adotadas pelos EUA a partir de então.

Em 1973, por exemplo, foi um ano fundamental para a compreensão dessa mudança, pois as taxas de câmbio deixaram de ser fixas e não mais seriam administradas. Ao ser tornarem flutuantes não apenas se tomou uma decisão de caráter prudencial, que visaria um retorno do equilíbrio aos moldes anteriores como o discurso dos economistas insistia em reverberar, mas um passo seguinte na adesão dos modelos de condução de políticas públicas e econômicas liberais estava sendo dada.

GILPIN (2002) mostra que a realidade de um “não-sistema” teve como resultado o contrário que a liturgia liberal pregava como justificava de suas ações; a especulação aumentava nos mercados internacionais, os petrodólares²⁷ reforçavam o ambiente de incertezas e ajudando a enfraquecer o dólar frente ao marco e ao iene. Eventos em 1973, que resultaram em incertezas e políticas austeras em 1974 pelos EUA ²⁸ levaram a uma série de mudanças no cenário internacional, inclusive no Brasil²⁹: fato é que a crise internacional provocada pela resposta americana a instabilidade da sua posição de hegemonia, culminou em crescentes crises ao redor do mundo, a liquidez de antes não representava mais nada, os EUA por sua vez não estavam conseguindo sanar seus problemas em virtude de estarem impossibilitados de exercerem seu papel de gestor macroeconômico do planeta.

O movimento seguinte da economia americana se deu no sentido de retomar o controle do sistema internacional foi “enxugar” a liquidez internacional via aumento das taxas de juros em 1979. Esse movimento da política econômica americana ficou

²⁷ Era uma modalidade de investimento nos mercados europeus, e também em outras partes do mundo, que visava prover liquidez, e divisas, para as empresas ligadas ao setor, negociando contratos e posições futuras de produção e exportação de petróleo.

²⁸ GARLIPP (2001), p.132

²⁹ Em 1974 se criou o Plano Nacional de Desenvolvimento II, em resposta ao choque do petróleo e às políticas de austeridade americanas.

conhecido como “diplomacia do dólar” TAVARES (1997), já que ao buscar recursos para financiar sua dívida e assim mitigar a pressão sob a sua moeda, os EUA buscam retomar a trajetória de liderança e consenso acerca do papel do dólar no sistema internacional, e de alguma forma impedir o crescimento da importância de outras moedas que estavam a competir com o dólar como meio de troca internacional.

Como pretensão, tinha os EUA tornar sua economia mais uma vez amplamente superior as demais, sua moeda hegemônica e pulverizar as assimetrias que seu modelo de expansão constituiu no pós-guerra, tornando-se então o final dos anos 70 um ponto de inflexão, muito em virtude da saturação da dinâmica capitalista dos anos anteriores. Em seu trabalho, Carcanholo, (2010) *apud* Antunes (2000: p.29-30) enumera os fatos que se apresentavam à época como representativo para explicar a crise; i) elevação da remuneração do trabalho que reduziu taxas de lucro, ii) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, iii) expansão e aumento da relevância da esfera financeira, iv) concentração do capital via monopolização do capital, v) crise fiscal e das dívidas dos Estados e vi) implementação de políticas de privatização e desregulamentação das esferas produtivas e financeiras.

Ao fim e ao cabo o que estava em jogo era uma virada ideológica, colocando em “xeque” as bases das políticas keynesianas, e trazendo uma alternativa para solucionar os entraves para um crescimento maior do que o que foi visto nos “30 gloriosos”.

Então sob essas bases ressurgiu o liberalismo como alternativa viável para a implementação das políticas públicas necessárias.

5.1 – A ideologia liberal e a formação do neoliberalismo

“Foi a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que, sem isso, não se teria desenvolvido. É, portanto submetendo-nos que ajudamos dia a dia a construir algo cuja magnitude supera a nossa compreensão.” HAYEK, (1944, p.193)

“O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável” POLANYI, (1944, p.166)

É importante deixar claro que uma escola de pensamento, ou uma ideologia enquanto visão de mundo, não constitui um bloco oníssonio onde os membros das diversas vertentes e ramificações concordam entre si de forma direta, e não foi e nem é diferente para o liberalismo. Todavia exploraremos as superfícies de contato, para que possamos explicar o surgimento ideológico do neoliberalismo.

De outra forma não faz parte do escopo deste trabalho esmiuçar em detalhes as diferentes vertentes do pensamento liberal, são diversas e constituem um espectro amplo de pensamento, possuindo diversos debates internos, todavia o que convencionamos chamar de neoliberalismo era uma forma de colocar o pensamento liberal que foi levado à prática, em políticas públicas que se tornaram uma alternativa ao modelo de governança que vigorou do final da década de 40 até início dos anos 70: o keynesianismo.

Como núcleo institucional e jurídico, o liberalismo preza por um estado democrático de direito, onde tais direitos são preestabelecidos na forma de garantias jurídicas, e sendo a existência do Estado limitada a manter e regular essas garantias, i.e; direito a propriedade privada, igualdade entre todos os cidadãos, liberdade individual e etc. Partindo dessas premissas a organização da sociedade e por consequência a organização do modo de produção dela, estaria subjugado às leis e liberdade do indivíduo promover sua ação.

Logo apenas uma rápida revisão do pensamento será feita, mas com o objetivo de achar as linhas mestras e pontos de convergência.

5.1.1 Liberalismo Clássico

Com o perigo de parecer uma redundância, podemos afirmar que o fio condutor que liga as diversas vertentes do liberalismo, é o ideal moderno de liberdade³⁰, e partindo desse conceito se construiu a teoria econômica liberal que prezava por uma

³⁰ O liberalismo se constitui das ideias surgidas após a revolução francesa, onde o Estado democrático de direito estabeleceu a relação do homem, sociedade com o entre Estatal, e postulou as regras e direitos que o homem numa sociedade democrática teria. A percepção de liberdade é variada conforme o tempo, para o liberalismo que surgiu no século XVIII com, por exemplo Adam Smith, as liberdades individuais e a moralidade enquanto fator integrante de uma sociedade livre estavam muito presentes, e dessa forma o conceito “liberdade”, foi constituído e incorporado nessas teorias dentro de um contexto histórico determinado.

série de premissas; a individualidade e ação individual como liberdade, o mercado e o Estado como a expressão econômica e social desse arcabouço e as análises sociais sob um aspecto filosófico e político que compreendiam a liberdade como um valor fundamental do homem, mas não completamente alinhado a liberdade de agir economicamente, mas sim ligado aos direitos naturais, ou filosofia dos direitos naturais, e a partir dessa base social e filosófica se aferiam conclusões sobre a vida econômica, e não apenas usando a liberdade do âmbito econômico para justificar valores morais e condutas corretas.

O mais famoso dos liberais clássicos, entretanto em sua obra possuindo diversos indícios que nos levam a questionar seu perfil liberal de fato, é Adam Smith. O inglês que escreveu seu livro mais famoso em 1776, “A Riqueza das nações; investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, imaginava uma sociedade guiada pela ação do indivíduo causava um impacto positivo, e no bom senso e nos valores morais expressos na alegoria da malfadada “mão invisível” como balizadora das relações sociais e do espírito do progresso de tal sociedade. Também possuía em sua obra elementos de análise das políticas públicas, mostrando que o Estado tinha que zelar por uma qualidade de vida de seus cidadãos, assim como direcionar as despesas públicas áreas importantes como a defesa, a justiça e obras públicas que sejam necessárias para o andamento da sociedade, obras essas que os capitais privados não teriam o interesse ou a propensão “natural” em investir pela baixa lucratividade ou demorar em auferir retornos.

Se não é com segurança que podemos afirmar que Adam Smith é um liberal, podemos com alguma folga afirmar que seu pensamento influenciou fortemente a ideologia liberal como um todo, mesmo que haja divergências das mais diversas em seus escritos, a forma como ele via o indivíduo e sua relação com a sociedade foi construída, foram bastante referenciadas nos tempos atuais, mostrando como as bases do pensamento de Smith foram de incrível fertilidade para a criação da doutrina neoliberal, a despeito de que por vezes o próprio autor admitia as incoerências que os homens de negócios, e os “mercados” podiam trazer para que se alcançasse a riqueza das nações e a prosperidade social.

Outro pensador que possuiu bastante impacto no debate econômico clássico, e também nas teorias econômicas mais contemporâneas é David Ricardo. Ele formulou a famosa teoria das vantagens comparativas, que deu margem para o desenvolvimento de teorias das mais diversas em relação ao comércio mundial. Outra contribuição de

Ricardo é a também bastante conhecida teoria dos rendimentos decrescente da terra, porém muito pouco analisada através de uma ótica “marginalista”.

Nessa análise Ricardo mostra como a renda da terra se configura por ser o diferencial entre os custos de produção de terras férteis e menos férteis. Dado que os preços de venda seriam definidos pelas terras menos produtivas, os produtores melhores dotados de recursos naturais e mais produtivos extrairiam uma renda maior que a convencional, o que ao final das contas se configuraria como uma canalização do excedente econômico para as mãos dos latifundiários.

Em sua raiz é uma noção de cálculo marginal da utilização dos fatores terra e trabalho e de certa forma incorporadas nas teorias do crescimento e curvas de produção das teorias econômicas a partir da década de 50 do século XX.

Outro importante economista que constituiu os primórdios do pensamento econômico, e logicamente, do liberalismo clássico é Jean Baptist Say. Ele analisou a economia e as matrizes produtivas vigentes, chegando a conclusão que em uma economia onde o livre mercado funciona, leia-se onde as intervenções estatais inexistem, não há problema de superprodução, dado que a oferta gerada pelos que investem seu dinheiro, gera empregos, cria renda dando vazão para a produção criada *ex ante*. Dessa forma podemos dizer que a percepção anti-estatais de alguns membros de vertentes mais radicais e avessas ao Estado e ao entendimento da construção social que nele se expressa, foi criada a partir do que escreveu Say, em sua famosa Lei de Say³¹.

5.1.2 – A “Revolução” Marginalista

A chama revolução marginalista teve seu início em meados do século XIX, com alguns trabalhos de economistas como Leon Walras e suas formulações sobre o “Equilíbrio Geral” das economias, Karl Menger que estudou a fundo a formulação de preços da economia e William Stanley Jevon, que dialogou com Menger sob a mesma perspectiva de formulação de preços a partir do valor subjetivo que a demanda daria para as mercadorias disponíveis no mercado. O preço seria uma função da escassez dos bens disponíveis.

³¹ Outros economistas contemporâneos a Say, e que estavam envolvidos nos debates clássicos da economia, refletiram acerca da sua “lei”, contrapondo-a a fatos e evidências que apareciam à época, dentre eles; Thomas Malthus e Sismond de Sismondi.

O aspecto mais relevante que surge com a “revolução marginalista”, é forma como sintetizou a filosofia liberal e ideias de pensadores como Adam Smith e J.B. Say através de premissas e formalizações matemáticas, que culminaram na ciência econômica *mainstream* que existe atualmente.

A base metodológica era o “individualismo como metodologia”, ou a análise social voltada para o estudo do indivíduo e suas satisfações, e necessariamente a satisfação dos indivíduos gerando o bem estar geral. Partindo de recortes da filosofia hedonista da centralização dos prazeres como busca incessante do homem, usaram a síntese com o pensamento dos clássicos, como Adam Smith, para erigir as matrizes do pensamento neoclássico³², que seja: a busca do indivíduo pelo seu interesse próprio, redigo por uma lógica racional de tomada de decisão.

A sociedade e as relações econômicas são a soma das ações guiadas pelo interesse próprio e racionalizado, e agindo assim no mercado, onde é o local de validação dessas premissas através do intercâmbio de bens e das utilidades individuais, todos saíam ganhando.

Essa lógica de ação seria inerente ao ser humano, portanto os resultados das interações entre os indivíduos na sociedade são o produto de uma “ordem natural”. Utilizando a expressão de Adam Smith, de forma questionável, chega-se à conclusão de que somente seguindo os pressupostos já mencionados, dentro do mercado, é que se pode chegar ao progresso da sociedade e ao desenvolvimento econômico, onde a intervenção de Estados desvirtua os processos “naturais” os quais o mercado comporta.

Ao formularem sua teoria dos preços, a escola marginalista lança mão de uma hipótese acerca da teoria do valor: o já mencionado valor é subjetivo. Smith, Ricardo e Marx são os principais teóricos que entram nesse inóspito campo da análise da produção do social, e a forma como essa produção se apresenta. Todos os três consideram o valor trabalho, ou o trabalho como balizador da forma como o que é produzido na sociedade se apresenta, grosso modo, o seu preço tendo relação com a quantidade de trabalho nele empregada.

Os marginalistas veem de outra forma, refutam a teoria do valor trabalho, e buscam explicar o preço das mercadorias através do valor subjetivo que os indivíduos dão a ela, sendo o grau de satisfação em relação a um bem, e sua disposição a comprá-lo

³² Autores posteriores aos precursores da “revolução marginalista” também podem ser considerados como neoclássicos, pois sintetizaram o pensamento liberal em uma metodologia voltada para a solução de problemas teóricos e econômicos, são eles; Alfred Marshall, Knut Wicksell, Vilfredo Pareto, Irvin Fisher, Milton Friedman, entre outros.

o determinante do preço dessa mercadoria. Se formulou o conceito de *utilidade marginal*, onde o produto é valorado a partir da satisfação que trás para um indivíduo, sendo ela decrescente a medida que o produto é menos escasso, é dessa forma que o produto perde seu poder de satisfação, a sua utilidade, seu valor (preço) vai diminuindo. O trabalho é apenas a forma como o produto é “gerado”, o valor dele vai ser determinado pela necessidade e pela procura dos indivíduos e toda a subjetividade que existe nesse processo, e o mercado é o lugar onde essa interação entre os vendedores e consumidores irá acontecer, ou onde o preço será formulado.

A importância teórica da “revolução marginalista”, que permeou escolas de pensamento liberais como a austríaca e a monetarista, foi enorme. A partir dessa “revolução” se começou a formalizar matematicamente, e utilizando ferramentas matemáticas modernas como o cálculo diferencial, as relações econômicas. Conforme a metodologia individualista, essas formulações eram expandidas para os casos gerais, e inspiradas na Física, transformadas em leis.

A teoria econômica *mainstream* contemporânea faz largo uso das formulações marginalistas, mesmo que incorporando hipóteses auxiliares de outras teorias, preserva o núcleo duro das teorias neoclássicas.

5.1.3 A ideologia neoliberal

O neoliberalismo teve seu nascimento como resposta à ascensão keynesianas no final da segunda guerra mundial. Um encontro na cidade da Suíça de Mont Pelerin, formou a Mont-Pèlerin Society, encontro realizado em 1947, que foi organizado por diversos intelectuais de diversas partes do mundo, que viam uma ameaça iminente no movimento “estatizante” que se conformava à época, e segundo Toussaint (2004) contaram com a ajuda de diversos banqueiros e instituições poderosas para reunir todos os convergentes em relação a necessidade de um posicionamento à altura contra as ideias de Keynes.

Intelectuais como Friedrich Hayek, Ludig Von Mises, Maurice Allais, Karl Popper e Milton Friedman são exemplos de membros influentes na sociedade eram também assíduos nos encontros, e todos eles tomaram para si como missão difundir as

ideias do liberalismo, e fundaram o que viria a ser o programa de ajuste global iniciado na década de 80: o neoliberalismo.

Mais do que qualquer outra coisa o caráter ideológico das teorias tem a sua aplicabilidade como desafio a ser superado. As ideias e teorias liberais até então se comprovaram ineficiente em alocar eficientemente os recursos da sociedade, e pelo contrário a base empírica das suas aplicações é contestável, já que foram responsáveis pelas crises dos últimos decênios do século XIX, e pela grande crise do século XX no ano de 1929.

A preocupação do liberalismo clássico, grosso modo, estava em propor soluções para que se a prosperidade fosse alcançada dentro do marco institucional do capitalismo industrial que estava nascendo, no caso, preservando a estrutura social desigual e dando espaço para que o espírito capitalista³³ fosse incorporando ao *framework* da sociedade como algo importante, e necessário para o bem geral. Esse liberalismo no qual o Estado atua como um agente importante na criação e manutenção das forças de mercado, mas não apenas levando em conta o marco jurídico acerca dos *direitos naturais* à propriedade e liberdades civis, mas também vendo a realidade da sua nação, a suas capacidades materiais e sua perspectiva de ascensão no âmbito do poder e do comércio mundial.

Todavia os teóricos do liberalismo clássico não conseguiram tornar mais denso alguns aspectos teóricos em relação a renda, capital ou da dinâmica da circulação. Apesar de Ricardo ter formulado a teoria da renda da terra para explicar a deterioração dos lucros em função do deslocamento do excedente da sociedade para os donos de terras, ou de Thomas Malthus ter mostrado a impossibilidade de se atingir a igualdade entre oferta e demanda pela insuficiência da última³⁴, a contribuição que a revolução marginalista deu para os ideais liberais foi imensa, uma delas foi rivalizar e provocar um abandono da teoria valor trabalho, que como mostrou Marx n'O Capital, levava a aspectos indesejáveis para uma teoria econômica que não via contradições de classe, apenas distúrbios alocativos exógeno a lógica do mercado.

³³ A utilização do termo é livre do rigor metodológico do seu formulador, Max Weber, apenas se denota aqui a presença do “espírito” como a expressão social dos valores necessários para um homem de negócios prosperar. A disciplina da ética protestante e seu endosso pelo busca de uma obra de importância na vida terrena é bastante importante para explicar como o espírito capitalista se faz presente na ação do capitalista, e sua busca pelo lucro.

³⁴ Keynes era um seguidor de Marshall, mas um leitor de Malthus, uma vez que sua teoria sobre emprego e renda, principalmente a última, se relacionarem com o conceito Malthusiano de insuficiência de Renda, que foi “traduzido” por Keynes como uma tendência a queda da existência de demanda efetiva em tempos de crise.

De outra forma os marginalistas com seu núcleo duro arrestado em premissas dificilmente comprováveis - inclusive pelo método positivista do qual defendem e assentam sua pesquisa científica - não tinham uma perspectiva normativa para suas teorizações, em suma, não havia possibilidade de se aplicar de forma plausível uma economia com alocação perfeita dos recursos, de livre mercado ou da racionalidade dos agentes. Todavia o conjunto de contribuições teóricas sobre formação de preços de mercado debatidas por Menger e Jevons, ou equilíbrio geral de Walras, a retomada da abordagem pelo lado da oferta com a alegoria da “tesoura marshaliana” por Alfred Marshall foram essenciais para que se respondesse às formulações marxianas sobre temas complexos da economia como fatores de produção, relação capital/trabalho, renda e seus determinantes, custos de produção, a circulação de mercadorias entre outras coisas, o que deu de fato uma alternativa teórica e ideológica para todas essas questões.

A contribuição para que o liberalismo econômico tomasse importância no debate, e por volta dos anos 70 voltasse como uma possibilidade real de aplicação, juntando elementos tanto do pensamento clássico, quanto da formalização teórica dos marginalistas, foi dada por essas duas grandes correntes liberais em adição a escola de Chicago, onde as teorias monetaristas adicionaram um sentido mais prático às políticas de governo e uma normatividade que antes não se tinha de forma tão organizada e aplicável.

A “militância” neoliberal enquanto estratégia de desenvolvimento se dava num apelo a realidade “catastrófica”, dando grande evidência aos indicadores econômico desfavoráveis daquela conjuntura, como inflação, diminuição do crescimento³⁵, deterioração da balança de pagamentos³⁶ e principalmente a presença do Estado, e dos *rent seekers*³⁷, que circundavam os ambientes de decisão, influenciando as decisões de alocação dos recursos a fim de auferir ganhos e benefícios dos que estavam ligados ao poder (Estado e instituições), seja com posições de mercado mais vantajosas, ou com isenções fiscais indo até a informações privilegiadas. Com essa campanha difamatória foi possível virar a mesa das políticas pública através do convencimento da sociedade da importância de se bloquear esse “mal”, o que no limite colocou em xeque as políticas aplicadas durante os 30 gloriosos.

³⁵ Tabela 2.1.

³⁶ Figura 1

³⁷ Os que se aliam ao Estado, para obter privilégios como lucros extraordinários e reservas de mercado.

Todavia a visão dos neoliberais em relação ao período de prosperidade do capitalismo no século XX, foi argumentando que o “sucesso” econômico da época aconteceu a despeito das políticas keynesiana. A necessidade de se empreender em virtude da destruição da guerra foi tão grande, que conseguiu superar os entraves que lhes eram impostos através da ação atabalhoada do Estado. Os liberais-conservadores³⁸ que representavam o neoliberalismo defenderam a ideia que o Estado havia provocado a crise da década de 70, ao levar a diante uma política macroeconômica deficitária, usando a impressão de moeda de forma discricionária, trazendo a tona o fenômeno da inflação e pressionando as taxas de juros de maneira a impossibilitar o cálculo racional dos agentes, pois viam a economia de forma distorcida em virtude da presença da ação do Estado. Na mesma lógica se dizia que as políticas anticíclicas apenas serviram para agravar a situação em que os EUA e o mundo se encontravam, e apenas uma ação acertada nas políticas monetárias, fiscais e comerciais poderia colocar tudo de volta nos trilhos do crescimento de outrora, apenas o ajuste e a disciplina resolveriam os problemas.

Com o intuito de explicar a construção da ideia anti-estatista, MORAES (2001) registra

que;

“ (...) com destaque, um argumento bastante frequente e forte, o tema do efeito perverso provocado pelo “Estado-providência” ou o “Estado de bem-estar”: buscando proteger o cidadão das desgraças da sorte, o Estado aparentemente benfeitor acaba na verdade produzindo um inferno de ineficiência e clientelismo, pesadamente pago pelo mesmo cidadão que à primeira vista procurava socorrer, (...) [o argumento] abre caminho para que os neoliberais ampliem e estendam a frente de tabalha nas campanhas pela privatização: pregam a transferência, para a iniciativa privada, *também* das atividades sociais (educação, saúde, previdência, etc.) tida anteriormente como beneficiárias do desmonte do Estado-empresário (o estado produtor de bens industriais, sobretudo)”
(2001 : p.36)

Dessa forma se buscava tirar do Estado todo o seu esqueleto de ação, justificando essa mudança institucional pelas razões econômicas, pela ideia de austeridade e controle do “descontrole” perdulário protagonizado pelo Estado, que ao fim e ao cabo apenas criou e agravou a crise que estava se apresentando. Concordando

³⁸ O termo será usado neste trabalho como sinônimo de neoliberalismo.

com Harvey (2005), é necessário ver o neoliberalismo e todo o rearranjo político e econômico a partir da década de 70 sob uma égide que vai além da utopia, portanto analisando políticas públicas que visavam redefinir o padrão de acumulação que, como já foi mencionado, estava se mostrando insuficiente para a acumulação e reprodução do capital. Essa acumulação, como verão mais adiante, está baseada numa ascensão do poder das finanças internacionais, mudando a forma de se fazer política, de se fazer política econômica e provavelmente de se viver em sociedade.

5.2 A gênese da economia política neoliberal

O caminho que leva a essa proposição teórica, é muito em função da análise dos anos 70, onde os EUA deram um “grande golpe” no mundo, ao mudar sua política externa e sua política econômica. A hipótese que permeia esse período, e que tem como pano de fundo este trabalho, é a motivação dessa grande mudança. Em seus escritos Tavares (1997) mostra que o intuito foi recuperar a posição hegemônica no cenário internacional com a “diplomacia do dólar forte”.

A “diplomacia” em questão se relacionava com o poder que tinham os americanos em transformar o cenário internacional se utilizando, dentre outras coisas, de políticas monetárias, econômicas e principalmente a política³⁹.

Robert Triffin tinha razão em tentar mostrar, na década de 60, como o padrão monetário baseado em déficit na balança de pagamentos em conjunção com a paridade do ouro dólar era fadado ao fracasso, a despeito das críticas aqui feitas em relação a algumas hipóteses do seu esquema explicativo do sistema monetário internacional, de fato a instabilidade gerada pela expansão da economia americana mundial, a especulação e fortalecimento do sistema financeiro via mercado de eurodólares, a perda do poder político que levou os EUA a resgatarem a necessidade de uma pauta de políticas de “ajuste”, das quais seguiu-se cronologicamente, culminaram em no seguintes evento; 71 fim da paridade ouro-dólar; 73 fim do câmbio fixo e 79 aumento abrupto das taxas de juros americanos.

³⁹ O poder político é entendido neste trabalho como o “fiel” da balança, ou o estofo da transformação que estava ocorrendo; ascensão das finanças, poder econômico transnacional, poder bélico e poder monetário. Obviamente a política é uma relação dialética, cheia de contradições, porém os elementos dessa sociedade que definem o poder político se encontram nos elementos supracitados.

A política protagonizada pelo FED, cujo presidente à época era Paul Volcker, chamou-se de “choque Volcker”, que foi a expressão de um “golpe” ao plano dos países desenvolvidos, em especial Alemanha e Japão, em restaurar a credibilidade das finanças internacionais.

O FMI e os países desenvolvidos pressionavam os EUA a depreciarem seu câmbio, de forma a diminuir a importância da moeda americana, e também criar uma alternativa de moeda internacional. Volcker deu as costas ao mundo, e iniciou o caminho que restauraria a força da moeda americana, o padrão de acumulação e a posição hegemônica no cenário internacional via aumento da taxa de juros americana.

Essa mudança de política macroeconômica, que dialogava perfeitamente com as teorias deflacionárias e de austeridade, tinha como pano de fundo uma massiva captação de recursos que estavam disponíveis no mundo. O “enxugamento” da liquidez mundial foi um dos veículos de captação, uma vez que, como explica TAVARES (1997), o descontrole especulativo provocado pelo mercado de eurodólares agora fora mitigado, o amplo uso do dólar pelas economias mundiais forçou a adoção de políticas de austeridades pelos países mundo afora, e o excesso de moeda americana se transformou em títulos do tesouro americano, o que tornou a política monetária mundial mais “adestrada” aos interesses dos EUA. Ao mesmo tempo se regulou a circulação e criação de dólares *off-shore*, e internamente se instituiu uma série de isenções fiscais para os bancos⁴⁰, fomentando créditos de curto prazo para empresas do setor tecnológico .

O caminho que os EUA traçaram para a sua retomada do crescimento como explica Tavares (idem) contou com déficits comerciais crescentes iniciados em 1979 até 82-83, período este que a economia americana voltou a crescer, e em políticas de endividamento externo. Dessa forma se conseguia apreciar o câmbio, e ao importar e contar com as divisas de outros países em dólar, diminui-se sua inflação interna em função do “barateamento” dos produtos importados. Esse movimento é explicado como uma absorção de “poupança real” dos outros países, já que os EUA cresceriam mais que restante do mundo, e esses países em função das políticas de austeridade que adotaram, investiam pouco, cresciam pouco e eram obrigadas a exportarem maciçamente como alternativa.

Em busca de proteger sua mudança no padrão de acumulação, os EUA usaram a massa de recursos absorvido via aumento da taxa de juros para fomentar o *Silicon*

⁴⁰ Também para as classes médias, todavia o mecanismo de transferência de excedentes era claramente para os mais ricos, primordialmente do sistema financeiro.

Valley, que nada mais foi que nome que se deu ao *lôcus* de nascimento das empresas de alta tecnologia, que contando com empréstimos dos bancos puderam desenvolver o padrão tecnológico que estava a superar o antigo fordismo em decadência. Utilizando-se dessa mesma “segurança” na aposta em alta tecnologia se dispensou relativamente a captação de recursos via mercado financeiro, dando primazia aos bancos nacionais.

O que se viu, portanto, foi a ampla retomada de poder sob o dólar, diminuindo com a especulação sobre a sua moeda de outrora, conseguindo tirar vantagem da sua condição de país emissor, orientando sua economia para um novo padrão de acumulação onde as finanças eram parte importante.

Pelo lado das famílias o que se viu foi uma violenta diminuição da renda disponível, a austeridade imposta fez secar o investimento público e as políticas de *welfare*, e mesmo com a diminuição geral de impostos, fez-se sobrepôr o efeito da diminuição da participação do Estado ao decrescimento do salário das famílias. A alternativa foi o endividamento, o que só fez fortalecer ainda mais o papel do sistema financeiro e dos bancos a “sugar” o excedente já achatado das classes médias.

Portanto o surgimento do sistema financeiro teve fatores político-econômicos para que, atrelado ao ideário neoliberal, pudesse conduzir o mundo para um novo padrão de acumulação, onde não só aumentou e orientou a economia produtiva, mas também tomou, e toma conta do consumo das famílias, como mostra Tavares o efeito da maior presença dos bancos e do achatamento da renda foi um processo de endividamento que dava mais poder ao mercado financeiro que estava aumentando cada vez mais de importância;

“Fato é que todo o mundo está financiando não apenas o tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores e investidores americanos.” TAVARES, (1997) p.41

Os EUA deram o “golpe”, e abriram amplo espaço para que o setor financeiro tomasse conta, tanto do padrão de acumulação quanto das políticas macroeconômicas. E como evidencia Chesnais (1995) o endividamento seguiu a lógica do sistema financeiro e se internacionalizou, de forma a termos uma evidência o que estava surgindo tinha como base o incentivo ao consumo e o crédito via aumento da dívida das famílias.

Como se pode perceber o neoliberalismo é na sua essência um programa que dialogou com uma mudança no padrão de acumulação do capitalismo, onde os EUA buscaram a dianteira do processo, utilizaram-se da sua posição de liderança para impor políticas de ajuste econômico que visavam restaurar sua hegemonia para além do fato de terem a moeda de troca internacional. A mudança provocou uma nova percepção da sociedade em relação ao Estado, e da função desse Estado para com a sociedade e os papéis que ele deveria cumprir o fim das políticas de *welfare*, de incentivo a demanda e principalmente a desregulamentação das finanças internacionais.

É a partir desta perspectiva, e se utilizando dessa hipótese de *(re)ascensão* das finanças como força política e econômica capaz de mudar a estrutura econômica e social, que esse se seguirá trabalhando. Todavia buscando mostrar que a transformação vai além da perspectiva economicista de pretender ver o fenômeno isolado no campo econômico de estudo, mas também como uma mudança das ideias, das políticas econômicas na direção do ajuste e da disciplina das economias e nome da “modernização” que um novo momento demanda.

CAPÍTULO VI: Ajustamento como a ideologia “vencedora”

A mudança que se procura evidenciar está relacionada com as possíveis causas do fim do *embedded liberalism*, onde à época as políticas de viés keynesiano procuravam mitigar os efeitos perversos que um sistema financeiro desregulado e especulativo causou. Ao buscar reestabelecer o sistema internacional via reformas estruturais dos acordos de comércio, das políticas econômicas e institucionais, tentou-se criar um ambiente que “otimizaria” a função dos bancos e das bolsas de valores para um uso social menos danoso, ou em resumo, que o sistema de financiamento e a complexificação do sistema financeiro fosse orientado para a reconstrução do países no pós-guerra e que políticas industriais de inovação, expansão industrial, e incentivo a demanda apenas contassem com o sistema financeiro como uma “muleta”, e não como um cão de guia.

A realidade, porém, se apresentou de forma distinta. A transnacionalização das empresas, o movimento de criação de grandes oligopólios e monopólios ⁴¹, as políticas de intensificação militar e a consequente insustentabilidade desse modelo de acumulação dentro do padrão ouro-dólar, culminaram em uma desestabilização dos EUA enquanto liderança hegemônica, e apesar das diversas tentativas de evitar o destino trágico que Triffin havia delineado, o movimento último americano foi recuperar seu poder via um ajuste intenso da sua economia, recompondo sua posição de dominância e afastando o perigo de rivalidades no sistema internacional.

Nesse contexto uma força que havia sido estancada ressurgiu: as finanças.

Em sua obra, Chesnais (1999) separa a ascensão das finanças em 3 etapas; a primeira com a abertura do mercado de eurodólares de 60 a 79, onde o resultado foi um aumento dos juros, a desencorajem do câmbio, e mais flexibilidade para o setor financeiro, 79-85 fortalecimento da liberdade de mobilidade internacional de capitais, 86-95 foi a incorporação dos países emergentes e a criação de diversas modalidades financeiras, mesmo importante este ultimo ponto não é o foco.

O primeiro período ao qual se refere Chesnais é inaugurado com políticas de afrouxamento da rigidez de regulação sobre os bancos pelo governo americano, dentre as “novas” modalidades de serviços estavam; o abandono do pagamento por depósitos à vista de correntistas, possibilidade de negociar dólares *off-shore* e utilização de ADR's⁴² como forma de títulos juntamente com o ouro.

Porém, como explica Carcanholo (2001), a demanda dos bancos, enquanto classe capitalista foi contemplada nas políticas econômicas dos anos 70, e tem bastante a ver com os lucros decrescente que estavam obtendo outrora, e muito em função das crises da balança de pagamentos dos anos 60. Para recuperar os prejuízos era necessário diversificar sua atuação, libertando-se da regulação rígida que estava vigente desde Bretton Woods.

Com a elevação das taxas de juros em 1979, respondendo a nova ideologia neoliberal que pressionava por medidas de austeridade, os bancos que davam suporte para as teorias deflacionárias, conseguiram ser contemplados e em função da ideologia dominante neste momento e puderam advogar em favor de uma liberalização maior dos

⁴¹ BARAN,SWEEZY (1966)

⁴² O *American depositary receipt* é um sistema de direitos internacionais de saque, que visavam ser uma alternativa ao ouro como lastro. O mecanismo foi criado em 1927 com um escopo diminuído, porém em 1968 quando a expansão do mercado de Eurodólares, seu uso foi intensificado para facilitar a negociação de ações internacionalmente já era evidente.

fluxos de capitais, tal fato foi incorporado às políticas que se apresentavam tanto nos EUA quanto no Reino Unido, Alemanha entre outros de maneira bastante expressiva. Com o mercado financeiro escancarando a lógica que dominou a obra de Polanyi, A grande transformação em 1944, volta à baila, uma vez que mostra que o esforço ideológico feito para que a ideia dos mercados eficientes, racionais e que tornam a vida das pessoas na sociedade melhor, como algo gigantesco e acima de qualquer contraprova já produzida.

A orientação “pró-mercado” foi abandonada com a grande transformação das políticas, adotando medidas keynesianas como salvadoras do capitalismo, pois justamente se mostrou que um mercado racional, que se regula por conta própria e aloca eficientemente é inconsistente com a realidade.

Pois nesse momento o pêndulo muda, os mercados voltam a ser exaltados, e o que era visto como a salvação do capitalismo, o Estado, é a causa de todos os problemas e o mau a ser combatido.

Essa vitória das finanças e do mercado se mostra como um movimento contrário ao que havia previsto Polanyi, as relações de mercado tomam o caminho da “liberdade” em relação a sociedade e seus desejo, e como FIORI(1997.b) aponta, inicia-se o período de “indisciplina do capital”, e todo o pavimento para que a “liberdade” finalmente voltasse a “reinar na economia mundial” passa ao largo do que prega a ideologia neoliberal, o que de fato ocorre é que a liberdade vira um termo apropriado com conotação virtuosa e moral, onde sua aplicação culminaria em uma igualdade entre mercados e liberdade, e ambas sendo entidades relacionais e interdependentes, e que os processos naturais da economia regida pelas leis de mercado levariam a sociedade para graus de desenvolvimento maior, as variáveis macroeconômicas se reequilibrariam e tudo isso com a condicionante que o Estado e as políticas de regulação fossem postas de lado, sem interferir nesse funcionamento espontâneo e evolutivo da sociedade de mercado, em suma, sem atrapalhar a sociedade rumo a liberdade. Nada mais errado e fantasioso.

Em sua *opus magnum* Polanyi (1944) faz uma análise do capitalismo, tentando mostrar como a percepção da economia liberal, que advoga um mercado guiado por movimentos “naturais” era falha. Para o autor as forças de mercado, nas quais encontravam subsídio teórico no liberalismo, não dialogavam com as necessidades do ser humano, e nem correspondiam a lógica de organização social que foi construída ao longo da história das sociedades. A explicação para isso está na inclusão da tríade

recursos naturais, trabalho humano e os meios de pagamento na lógica da *rationale* de mercado. Ao se apropriar nessa tríade, e imputar a alocação dos recursos produzidos pelas sociedades ao preço de mercado, retirou-se a historicidade da dinâmica de construção social e se pôs no lugar a filosofia individual que o liberalismo prega; interesse próprio, auto-regulação e mercantilização de toda a produção social.

Logo a vida humana é, e a sobrevivência do ser humano em termos de bens necessários para este fim, subjugada a necessidade de venda desses produtos e do lucro de quem produz. Se antes a produção era uma função da necessidade, agora apenas se produz o que efetivamente traz um retorno em termos de unidade monetária, abatendo-se os custos. Para Polanyi essa manifestação liberal sob a economia é um processo antinatural, e aniquilador: um moinho satânico de triturar gente.

Por arcabouço de ideias as forças de mercado deveriam ser garantidas, e Polanyi faz um esforço para explicar como a moeda, na forma de padrão-ouro e o livre-comércio foram buscados a todo o custo, e sob as mais diferentes desculpas de ações estatais para garantir que o *laissez-faire* fosse concretizado; “o *laissez-faire* foi planejado” segundo Polanyi. Todavia a crise dos anos 30 foi uma amostra de como essa sociedade poderia levar o ser humano a estágios degradantes da sua existência, e a necessidade de um governo-Estado que resgatasse as pessoas dessa força de mercado surgiu como resposta demandada, efeito o qual Polanyi chama de “duplo movimento”, que como um “pêndulo”, onde o momento do qual a sociedade é afastada agudamente dos processos econômicos, e do contrário, quando os processos econômicos pretendem ser idôneos, etéreos e apolíticos, um tipo de reação de proteção da sociedade ocorre e a justiça social surge novamente como pauta do dia.

Dessa forma, cabe-nos ressaltar que o movimento que o neoliberalismo protagonizou foi de denunciar um comportamento “anti-natural” do capitalismo, que seja, o “apadrinhamento” da economia pelo Estado, via intervenção estatal.

Seguindo a perspectiva que Polanyi nos oferece, o que ocorre é apenas uma campanha de fortalecimento ideológico por parte dos representantes do mercado, ao buscarem recuperar o espaço de acumulação que estava sendo ameaçado. Com os bancos declínio do seu lucro Carcanholo (2002), e o sistema financeiro tendo sido fortalecido nos anos 60 de forma internacional no mercado de eurodólares, o setor que demandava agora liderança e espaço era o financeiro, e se a mudanças estruturais se deram nos anos 70, os 80 e respectivamente os anos 90 serviram para consolidar de uma vez por todas o sistema financeiro como a grande força de mercado, o setor que mais

fortemente defenderia a liberdade, para que contraditoriamente buscasse posição privilegiada na distribuição do excedente econômico, e suporte do Estado quando do surgimento de crises.

6.1 Dos anos 80 aos 90: o resumo da contemporaneidade do padrão de acumulação vigente

O final dos anos 70 e o decênio posterior inteiro foram a coroação das finanças, e também a amostra empírica que a relação abstrata entre mercado e sociedade não tinham limites na sua possibilidade de expansão. Se Polanyi viu um moinho satânico nas relações anti-sociais que o mercado protagonizava em relação a mercantilização da terra, trabalho e dinheiro, não podia imaginar como a criatividade humana seria capaz de construir mecanismos ainda mais elaborados através dos mercados financeiros para que o nível de descolamento entre economia e sociedade fossem levados a extremos.

As medidas governamentais que fomentaram o crescimento das finanças tiveram o seu maior impacto através dos EUA, que nos anos 70 e 80 tiveram em Reagan, uma série de medidas que visavam desonerações fiscais com impactos positivos para as camadas mais ricas e detentoras de ativos financeiros, assim como um aumento da destinação da receita para uso militar. O presidente do FED, Paul Volcker, tocava adiante a liberalização e facilitação das atividades bancárias nos EUA, assim como um endosso em prol da criação de diversos tipos de modalidades financeiras que visavam criar um “conforto” em relação ao risco para os investidores, entre os ativos *hedge* que surgiram estão; derivativos, swaps, opções e preferências de ações de empresas, futuros de câmbio, entre outros tantos.

Todas as modalidades de investimento que as bolsas e mercados acionários possibilitam, transformam tanto empresas, como recursos naturais ou a moeda em si (mercado de câmbio como exemplo), em mero objeto especulativo, e onde a velocidade de variação do seu preço e quantidade é elevada níveis nunca antes vistos.

Também a quantidade de dinheiro que está dentro desses mercados é impressionante, como se pode ver na tabela abaixo;

Quadro4. Principais instrumentos financeiros derivados: montante de principal virtuala – 1986/1993 (em US\$ bilhões)

Derivativo	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Futuros de tx. de juros	370	488	895	1201	1454	2157.1	2902.2	4960.4
Opções de tx. de juros	146	122	279	387	600	1072.6	1385.4	2362.4
Futuros de câmbio	10	14	12	16	16	17.8	24.5	29.8
Opções de câmbio	39	60	48	50	56	61.2	80.1	81.1
Futuros de índice acionário	15	18	28	42	70	77.3	80.7	119.2
Opções de índice acionário	3	23	38	66	88	137.4	167.6	286.4
Swaps de tx. De juros	400	683	1010	1539	2312	3065.1	3850.8	-
Outros derivativos ^b	100	183	316	884	1139	1614.3	1720.8	-
Total	1083	1591	2626	4185	5735	8202.8	10212.1	-

a – valor de referência sobre o qual se calculam os fluxos de pagamentos dos contratos.

b – outros tipos de swaps, caps, collars, floors e swaptions.

Fonte: CARCANHOLO (2001) *apud* LIMA, (1997)

Essa de certa forma é ilustração do movimento rumo a financeirização. O processo de financeirização, que até agora foi tratado de maneira intuitiva, pode ser explicado como a mudança do padrão de acumulação capitalista, a qual fora engendrada pela multinacionalização das empresas das economias de ponta do capitalismo, e do processo de concentração do capital e monopolização descritos por Baran e Sweezy em 1966. Tal concentração de empresas e do excedente econômico culminou na estagnação das economias por insuficiência de demanda, uma vez que o efeito da concentração de capitais somado a exportação de empresas e busca por novos mercado, é a diminuição geral dos salários, já que uma das motivações foi ir à outros países para reduzir seus custos, e a busca por salários menores é uma das formas de se conseguir tal redução de gastos. O efeito competição nos mercados internacionais pressiona para que o salário diminua também de forma globalizada, portanto a estagnação é algo inevitável dentro de uma lógica de produção capitalista como a descrita.

O excedente econômico se concentra nas classes médias e alta e estas consomem proporcionalmente menos que a maioria da população, portanto a saída para que se continue a valorização do capital foi recorrer ao mercado de ações. Esse processo rapidamente descrito se mostrou verdadeiro, uma vez que mesmo os salários

diminuindo e as empresas reorientando sua produção de forma a incorporar tecnologias e serviços novos para “agregarem valor” aos produtos, a necessidade de valorização do capital não para, e uma que no âmbito da realização, ou das vendas há uma restrição do poder de compra em termos gerais, o sistema financeiro vira uma opção viável para que os ativos econômicos se valorizem.

De fato esse foi um caminho que o capitalismo tomou, já que a importância do setor financeiro em volume de negócios e dinheiro envolvido aumentou significativamente desde as políticas de ajuste iniciadas nos anos 70.

Fato é que a relação entre as ideias e os processos econômicos é dialética, todavia a separação é feita por motivos metodológicos. Ao recorrer a ideologia, economia política e as análises sociológicas de Polanyi acerca do liberalismo, busca-se mostrar que o tecido social foi completamente tomado por esse *framework*, e é possível perceber as diversas manifestações desse fenômeno, porém ele é um só, com uma força geradora de mais forças e com capacidade de provocar imensas transformações. E de fato tanto no caso das ideias e políticas, quanto na economia foi possível observar tal fato.

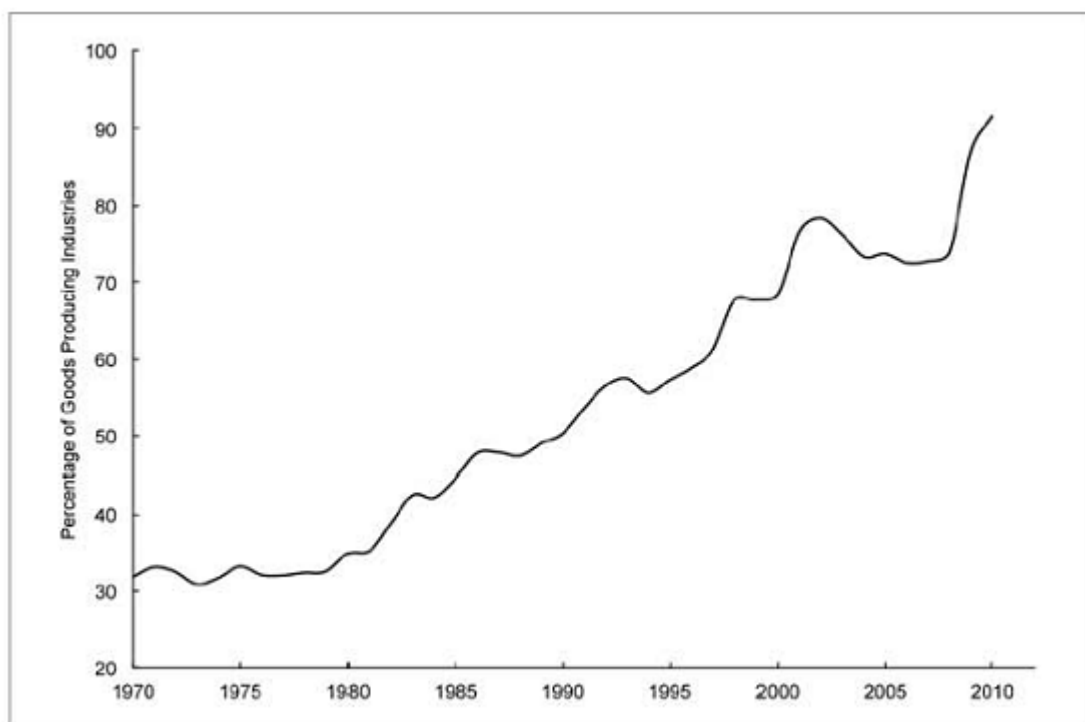
A partir dessa conceituação é possível continuar a mostrar como os números e os fatos do período que esta seção trata são reveladores para que possamos captar as minúcias e refletir sobre como o sistema financeiro vem tomando conta dos espaços na atualidade.

Outro ponto importante é a união dos mercados e a internacionalização como sendo os fatos marcantes dos anos 80, e logicamente a diversificação dos ativos financeiros está ligada a isso, uma vez que a imensa massa de dinheiro que buscava valorização precisava de uma segurança, que fora ameaçada alguns anos atrás com a desestabilização da economia americana; inicia-se o processo de *hedge* dos mercados financeiros.

Esse movimento histórico é captado por Foster, McChesney (2012), que se baseando na análise de Paul Baran e Paul Sweezy acerca da concentração e monopolização do capital, que como já mencionado provoca intrinsecamente uma estagnação nas economias, o capital na busca de valorização encontra um mercado acionário pronto para ser explorado. Mostram os autores que o índice de produção industrial das economias de ponta do sistema capitalista declinaram ao longo do tempo,

e em contrapartida o mercado acionário de (FIRE) , *finance, insurance and real state* que cresceu de maneira bastante vertiginosa, como é possível ver;

Figura 3- Percentual do PIB (Produto Interno Bruto) alocado em ativos financeiro em relação a produção industrial



Fonte: FOSTER, MCCHESENEY (2012)

Diversas foram as medidas que endossaram esse movimento, até o período recente, de alocação de recursos nos mercados de ação, e como mostra o gráfico, nos setores financeiro, seguro e imobiliário. A diversificação no mercado financeiro, segundo as teorias mais consagradas da área de investimentos financeiros e de análise de risco, é o fato determinante para que haja uma estabilidade nos portfólio dos agentes, e estes não tenham perdas acumuladas de maneira deletéria, em outras palavras, “não se deve colocar o ovos numa mesma cesta”, se a cesta cai, perde-se tudo.

A realidade dessas teorias foi posta em xeque por diversos momentos, com duas crises internacionais na década de 90; a asiática em 1997 e a “bolha ponto com”, e mais recentemente a crise do “subprime” de 2008 , mesmo não tendo a pretensão de aprofundar na dinâmica das crises , mas é importante ressaltar a importância do fato das

finanças serem causadoras de instabilidade de forma intrínseca para as sociedades, e constatar a existência delas e o papel das finanças nelas nos dá mais uma evidência de quão perverso é um capitalismo liderado pelas finanças. Aposentadoria de pessoas, investimento de pessoas comuns se encontram na bolsa de valores na mão de especuladores profissionais, travestidos da importância que um economista profissional tem, porém ao se comportar pela lógica do mercado, nada mais pode se esperar do que uma enorme catástrofe para os que por não saberem ou não terem escolha, colocam suas vidas nas mãos do sistema financeiro, e este lhes responde com incríveis ganhos em determinados períodos, seguidos de quedas vertiginosas e que simplesmente “derretem” o valor dos ativos, quando se descobre que tudo não passara de mera euforia, e que o valor desses papéis em nada correspondiam a realidade dos rendimentos esperados, ou a capacidade das empresas em justificar tamanhos ganhos.

Voltando para época que se pretende abordar nesta seção, pode-se dizer que havia também um fator de agência na determinação do investimento no período 1979 até final dos anos 80, a crescente do mercado financeiro que continha a instabilidade da novidade atrelada ao risco inerente, pode ser explicada pela percepção dos investidores em relação a possibilidade de ganho dentro de um conjuntura onde o risco mesmo que grande, justificaria a inversão em grandes montantes, o que ajudou a deslocar a massa do excedente econômico para as praças financeiras;

“A exponenciação da concorrência intercapitalista, em um ambiente de acentuada abertura econômica com instabilidade dos novos mercados financeiros, leva a uma concentração das inversões de capital nas redes de distribuição de mercadorias e, principalmente, no setor financeiro, agudizando a incerteza dos resultados do investimento no setor manufatureiro. Não por menos, o investimento produtivo mantém-se estagnado entre 1979 e 1989, enquanto cresce na distribuição e no setor financeiro”

GARLIPP, (2001, p. 153).

Como descreve Garlipp, o processo de internacionalização, que antes era apenas tímido nas finanças e mais evidenciado no processo de multinacionalização das empresas, agora se expande para as finanças e absorve a massa de capitais em busca de valorização nas bolsas. Como mostra o gráfico 3.1, esse movimento é concreto e bastante evidente, mostrando que houve de fato uma mudança no padrão de acumulação capitalista, e que ela é financeira.

Essa tendência também se refletia nos investimentos das empresas, que como afirma Braga (1997), as empresas além de se endividarem através de fontes externas, o que por si seria um problema em relação a gestão de seus passivos, a função de gestão de portfólios de ativos da empresa como fontes de rentabilidade alternativa se tornou bastante evidente: as empresas agora usam ativos financeiros para complementarem seu lucro de forma não operacional. O grau de exposição que essas empresas acabaram por se colocar atrelou-as as flutuações que o mercado financeiro tem em si, e diminuiu a sua capacidade de investimento dada o redirecionamento dos seus lucros para ativos financeiros. A tabela a seguir pode clarear essa tendência;

Quadro 5. Endividamento e alocação de recursos das empresas de países membros da OCDE de 1980 à 1991

Em porcentagem (%)	1980	1991
Endividamento total	30	46,6
Divida/capital próprio	44,6	87,4
Capital próprio em ativos não financeiros	94	78
Lucro reinvestido para provisão de depreciação	69	53

Fonte: BRAGA (1997) *apud* Cintra (1993) dados OCDE

Como já exposto a tendência dominante a partir da grande onda neoliberal foi um aumento do endividamento, também de fonte externa, um redirecionamento dos lucros para ativos financeiros e o pouco reinvestimento dos lucros para sobrepor a depreciação de máquinas e equipamentos, o que deságua num menor gasto com salários na economia, e isso tem como consequência diminuição da renda e poupança.

De certa forma é possível afirmar que o mundo inteiro se encontra cada vez mais financeirizado. A forma como os EUA conduziu sua política econômica nos anos 70 e 80 tiveram um reflexo na forma como agentes, empresas e países tiveram de pensar sua relação com esse novo tipo de ação. Se antes a orientação dos governos era manter um comércio mais liberal, preservando os ganhos sociais do *welfare state*, agora o novo pensamento é diminuir o Estado, colocar as finanças como alternativa geradora de ganhos sociais em virtude de sua capacidade de “resgatar” o mundo da crise. Os EUA

deram imenso poder aos bancos de agirem na criação de dinheiro, regras para empréstimo e na expansão internacional. Da mesma forma o sistema financeiro como um todo aproveitou a onda liberalizante que o mundo passava, e surfou nessa onda. Tendo câmbio flutuante, entrada livre para capitais voláteis e uma margem institucional e social que lhes apoiavam, as finanças dominaram.

O Banco Central americano por sua vez tornou a ser o órgão máximo de condução das economias. Nas mãos do FED se assentaram as decisões acerca da liquidez internacional, taxas de juros, e câmbio. Tal fato imputa uma série de restrições no ambiente internacional, uma vez que economias fragilizadas com esse movimento americano ficavam ainda mais suscetíveis a política macroeconômica americana, e como normalmente eram e são países pobre, com baixa competitividade e diversos problemas institucionais, a situação deles ficou cada vez pior. A crise da dívida da América do Sul é um exemplo, esses países se viram presos a política econômica americana através das dívidas que, no momento de fatura, eram a alternativa para superar gargalos estruturais que exigiam inversões de alta importância, e que com a inflação e o desequilíbrio dos anos 70 e 80, acabaram por terem furtadas as suas expectativas de ascensão na hierarquia internacional juntamente com um encarecimento sobremaneira das dívidas que possuíam.

É importante destacar que no ano de 1989 houve um encontro na capital americana, Washington D.C, onde foram normatizadas as ideias de uma boa governança e condução das políticas econômicas dos governos. As principais regras podem ser observadas no quadro abaixo;

Tabela 1. Os 10 itens mais relevantes acordados em Whasington

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Disciplina fiscal 2. Redução dos gastos governamentais 3. Reforma tributária 4. Juros regidos pelo mercado 5. Câmbio regido pelo mercado 6. Abertura Comercial 7. Investimento externo direto sem barreiras 8. Diminuição de empresas estatais 9. Flexibilização das leis trabalhistas e das regulações de mercado 10. Pauta sobre direitos de propriedade intelectual |
|--|

O quadro em questão evidencia, de forma listada, efetivamente a ação dos Estados frente a mudança neoliberal. Há dúvida em relação a necessidade dessa ratificação, uma vez que apenas veio para documentar algo que já estava em curso pelo menos 10 anos antes do encontro. O movimento pró-estabilização e pró-mercado e iniciativa privada foi amplamente apoiado em uma série de teorias econômicas que destacavam a importância de controlar as variáveis; inflação, emprego, juro e crescimento. Estas teorias que geraram o famoso mantra entre os economistas; o “tripé macroeconômico”, onde metas de inflação, fiscais e de câmbio flutuantes seriam as de extrema importância e que governo e bancos centrais deveriam prezar e cumprir.

O consenso relativo em torno das teorias deflacionárias tomou conta o globo. Teorias como a famosa “Curva de Philips” de 1957, que defendia haver um *trade-off* entre inflação e desemprego, e que a análise dessas variáveis seriam importante para manter o equilíbrio e uma dinâmica de crescimento saudável a médio e longo prazo. Outra formulação conhecida é a “Lei de Okun” de 1962, que relaciona a taxa de desemprego “natural” com o crescimento do produto, e também como um *trade-off*, ou seja o aumento no nível de desemprego gerando no médio prazo diminuição do Produto Interno Bruto. Também como marco teórico da nova macroeconomia, em 1993 surge a “Regra de Taylor”, buscando sintetizar as variáveis macroeconômicas, e estas como determinantes da taxa de juros da economia, ou seja a taxa de juros tem de ser determinada em relação às expectativas do agentes em relação ao produto esperado, a inflação esperada, onde se expressa na equação a seguir;

$$i - i^* = \alpha (\pi - \pi^*) + \beta (y - y^*) + \pi^{43}$$

Essa equação além de reunir os estudos passados em relação as variáveis macroeconômicas mais importante para a interpretação novo-keynesiana, novo-clássica,

⁴³ i – taxa de juros estimada pela equação
i* - taxa de juros de equilíbrio
α - coeficiente de sensibilidade a variação da inflação
π – Inflação corrente
π* - Inflação esperada
β - Coeficiente de sensibilidade a variação do produto
y – y* - hiato do produto

e outras vertentes que compõe o “novo consenso macroeconômico”⁴⁴, foi também inspiração para as política de ajuste, tanto no que diz respeito aos banco centrais como meros observadores do câmbio, como tomadores de juros de mercado. A “regra de Taylor” foi uma importante base teórica para que o sistema de metas de inflação fosse implantado em diversas partes do mundo, e se tornasse a política de ponta e intelectual moderna. O *regime de metas inflacionárias* busca manter a inflação sob determinados patamares que dialogam com a realidade estrutural e econômica dos países, onde a inflação deve girar em torno de um número que corresponde a essa realidade específica.

O substrato que une todas essas teorias é o atrelamento das políticas macroeconômicas à manutenção da doutrina neoliberal, onde a função do banco central é limitada a mexer nas taxas de juros, e usar apenas o recurso da política monetária para esse fim. Nesse contexto onde os fluxos de capitais são livres, a taxa de juros “de mercado”, todo o esforço dos BC’s é de manter a inflação baixa para não diminuir o ganho dos capitais especulativos, apenas economia com uma moeda forte, com grande potência econômica e que conseguem exportar suas contradições distributivas para outros países via comércio é que saem “ ganhando”.

Do contrário as economias onde a necessidade de boas condições externa de preços de *commodities*, um câmbio favorável e crises financeiras controladas, ao adotarem esse arcabouço de conduta de políticas econômicas acabam por relegar sua autonomia e controle a outras de melhor desempenho tecnológico e industrial, e principalmente ao dólar, já que sua posição de moeda de trocas internacionais lhe atribui grande vantagem.

A seguir os países que adotaram o regime de metas inflacionárias como *modus operandi* de seus BC’s;

⁴⁴ Relaciona-se com as normas internacionalmente aceitas de condução tanto de políticas econômicas, quanto de ação dos bancos centrais. As políticas necessitam de um estrutura clara e objetiva, de uma orientação que fomenta o bom ambiente de investimentos e a transparência. O banco Central por sua vez deve ser crível, zelar pela manutenção do “tripé macroeconômico”, que seja; câmbio flutuante, metas fiscais e inflacionárias, e suas políticas econômicas devem ter um grau de isenção, ou afastamento de interesses políticos.

Tabela 2. Países que adotaram o regime de metas de inflação, ano e trimestre.

Países desenvolvidos	Trimestre da adoção
Austrália	T4 1994
Canadá	T1 1991
Coréia do Sul	T4 1998
Espanha	T4 1994 - T4 1998
Finlândia	T1 1993 - T4 1998
Islândia	T1 2001
Israel	T1 1992
Nova Zelândia	T3 1990
Noruega	T1 2001
Reino Unido	T1 1993
Suécia	T1 1995
Suíça	T1 2000
Países em desenvolvimento	Trimestre da adoção
África do Sul	T1 2000
Brasil	T3 1999
Chile	T1 1991
Colômbia	T1 1999
Hungria	T3 2001
México	T1 1999
Peru	T1 1994
Polônia	T4 1998
República Tcheca	T1 1998
Tailândia	T2 2000

Fonte: BIONDI, TONETO JR ,(2008).

Resta-nos então abordar o impacto da ascensão neoliberal enquanto ideologia, num cenário de financeirização do capitalismo, onde o “novo regime” monetário operacionalizou essa mudança nas relações econômicas, e as ideias liberais tomaram conta das mentes e corações: o ajuste é a síntese desse processo.

Na próxima seção será retomada essa nova orientação da política econômica e das ideias, que dialogando com o novo padrão de acumulação, fazem o ajuste uma linha demarcatória da hierarquia internacional e das possibilidades de continuidade de crescimento, e do desenvolvimento dos países.

6.2 A macroeconomia do ajuste: a dinâmica de poder do novo padrão de acumulação capitalista

Uma herança trazida pelas finanças, ou o processo de financeirização, à sociedade contemporânea foi a lógica de ajuste como quadro mental predominante. Nela os Estados, instituições e a sociedade civil esperam que o comportamento das políticas públicas e do discurso seja em prol de uma ideia de desenvolvimento atrelada ao que Gill (1993) chamou atenção, como sendo um *Estado Empresarial* ou orientada para o mercado, do qual as oportunidades de emprego e renda devem respeitar o padrão de política econômico emanadas do Estado que favoreça a qualquer custo esse ideal. No caso após a década de 70 esse papel tinha relação com a manutenção do nível de preços a baixos patamares, e uma liberdade de empreender, reduzindo custos como impostos e custos salariais.

É possível notar, portanto, que a mudança de orientação não é apenas no modo de produção, mas nas expectativas em relação as políticas estatais e as instituições que produzem conhecimento científico.

O ajuste, partindo do período em questão, é todo o arcabouço teórico que visa manter uma “estabilidade”, que foi “posta em risco” pelo comportamento do Estado de bem-estar.

Todavia o ajuste rima com perda de autonomia interna, ou o abandono do projeto de desenvolvimento de forças nacionais capazes de superar o constrangimento que o dólar fiduciário detém em si próprio. Esse processo todo de ajuste em nada tem a ver com uma interferência indevida do Estado *ex ante*, do contrário, agora é bastante presente e da mesma forma que no pós-guerra ele interferiu para assegurar que o padrão de acumulação se resguardasse das forças destruidoras do livre mercado, interfere fortemente via políticas pública e dá passagem segurando nas mãos do sistema financeiro, que cresceu e maturou sua ação nos anos 60 nos mercados de eurodólares.

O modelo de acumulação chamado de fordista baseou suas políticas em função da necessidade de expansão do capital além das fronteiras regionais, tornando um padrão de acumulação transnacional ou mundializado, onde as empresas aumentavam seu raio de ação em nível mundial. O esforço das políticas públicas era de manter o já

mencionado *emdedded liberalism* como forma de quadro mental vigente, e privilegiando certos aspectos sociais, como aumento de salário pela maior importância de sindicatos, um *welfare state*, um controle dos fluxos financeiros de capitais, entre outras políticas que asseguravam que o processo de fortalecimento das economias nacionais, das empresas e a transnacionalização da produção ocorresse sem maiores interferências de setores da economia que antes se mostravam perigosos para a sociedade, no caso as finanças especulativas.

As políticas nacionais dentro desse contexto também foram privilegiadas, já que o perfil das políticas econômicas acima mencionadas é dar maior autonomia para que o país por si conseguisse controlar as variáveis macroeconômicas com maior facilidade.

Na esteira desse processo internacionalizante, veio a necessidade de um mercado financeiro na Europa para que os negócios feitos *off-shore* pudessem ter um local de negociação usando dólares, logo surgiu o mercado de eurodólares, e esse foi um aceno positivo com os mercados financeiros e o primeiro passo para o que viria a se transformar em ascensão das finanças e mudanças das políticas públicas .

E como Gill adverte, o Estado é o agente que dá a forma em como o processo de acumulação é dado, e a forma do Estado é dada pela constituição da sua “ocupação”, ou seja, as forças hegemônicas que fazem parte dele e a *social purpose*⁴⁵. O final do consenso keynesiano nos anos 70 mostrou isso de forma pródiga, uma vez que o campo ideológico batia com força na postura “casmurra” do Estado em não mudar suas políticas anticíclicas defasadas, e dando como alternativa para o “malefício” que o Estado tinha causado, uma mudança das políticas em prol de “novas e modernas” formas de gerir a “coisa” pública, baseadas em políticas deflacionárias, livre fluxo de capitais, fortalecendo a criação de créditos, os bancos ,favorecendo os negócios e garantindo todos os direitos a propriedade e provendo a segurança. Isso nada mais é do que um reenquadramento das funções do Estado em direção a um novo *framework*, uma nova ideologia. De forma nenhuma o Estado deixa de existir, ou se torna menor, ele apenas muda o seu foco de ação.

Logo tanto ideologia, quanto instituições e as forças materiais indicavam uma mudança de hegemonia no regime internacional, e a forma como o Estado iria ser

⁴⁵ O que Gill pretende explicar ao usar o termo, é a orientação hegemônica do Estado, que agrega agentes de diversos setores da sociedade, e a correlação de forças desse processo engendra um sentido final para as políticas pública, a finalidade predominante delas; o neoliberalismo por exemplo, é defendido nesse trabalho como sendo orientado para o mercado, em específico favorecendo os setores financeiros.

ocupado e fazer políticas públicas. A relação do Estado, portanto, é dialética com os mercados e a sociedade civil;

“In this sense, there is an evolving dialectical relationship between the nature and scope of markets, and the forms of state regulation, especially as knowledge, technology and transportation change.” GILL (1993: p.98)

O padrão de acumulação se transformou em comunhão com a ação do Estado no pós-guerra, e o consenso keynesiano (ou a hegemonia que havia em relação a estas ideias), de certa forma engendrou as condições para a ascensão das finanças nos anos 60, e num processo relacional e de disputa de poder as finanças foram se tornando hegemônicas, ideologicamente, institucionalmente e pelas forças materiais.

O ponto crucial do que se pode chamar de nascimento da macroeconômica do ajuste é a forma como ela, nas ideias prega uma liberdade em termos de decisão de políticas monetárias, fluxos de capitais, câmbio e negócios nesse mundo internacionalizado, quando na verdade ao ser o dólar a moeda internacional sem lastro, e o EUA o país emissor, torna as possibilidade de tomada de controle das economias nacionais muito mais difíceis, pois agora todos estão sob a tutela da política macroeconômica do FED, e sob a vigilância constante do FMI, que aplica de forma categórica todas as premissas do Consenso de Washington, como os 10 mandamentos bíblicos para os países que por ventura necessitem de recursos para pagar suas dívidas ou arrumar sua balança de pagamentos.

Se outrora o FMI foi criado como um prestador de última instância, num ambiente onde os países que necessitavam dele tinham por trás disso todo um ambiente voltado para a proteção de suas economias nacionais, com investimentos privados, controle de fluxo de capitais e recursos para financiar sua expansão industrial, agora estes países não mais precisam dos recursos do FMI, e já possuem uma economia forte e com possibilidades de desviar ou postergar⁴⁶ os ajustes. Nesse novo contexto, o fundo além de emprestar para países de moeda “fraca”, ou com pouca margem de manobra em suas políticas macroeconômicas, fazem o empréstimo ao custo de que os países se comportem exemplarmente, sendo obrigados a bater metas de “boa governança”

⁴⁶ Desviar e postergar são utilizados como sinônimos aos termos cunhados por COHEN (2004), “power to delay” e “Power to deflect” respectivamente.

relacionada a redução do seu gasto com investimento, arrecadação e superávit primário para que sinalize para os mercados que é economicamente responsável e sustentável.

Como nos mostra Cohen (2004), o país com pouca margem de manobra que passa por ajustes altera o seu “equilíbrio”, sua relação com o mundo em termos de parte do produto que são direcionados a ele diminui, o restante do mundo fica superavitário enquanto ele está numa situação de déficit, que diminui a renda e capacidade de recuperação de sua economia. Pensando dessa forma é que o ajuste é imposto para diversos países, o que significa um mecanismo de transferência internacional de renda, e do outro lado a necessidade do país deficitário em “fechar suas contas”, cria a necessidade de um enquadramento de políticas, já que precisa pegar empréstimos tanto de outros países, quanto instituições, e a condicionante são arquitetadas de forma a colocá-los sob o jugo de outrem.

Esse fato, dentro de um padrão de acumulação guiado pelas finanças quer dizer que o esforço dos países que se encontrarem em situação deficitária será para cumprir as necessidades para que o capital financeiro e especulativo cada vez mais entre em suas economias, com total fluidez e possibilidade de ganhos elevados com a compra de títulos de dívidas soberanas. As economias sob essa lógica entrem numa espiral decrescente, deprimindo sua capacidade de financiar investimento produtivo o que gera emprego e renda, efeito da diminuição do gasto estatal, e após longos períodos de recuperação convivendo com desemprego, desigualdade e pobreza aumenta o excedente econômico é direcionado para criar um ambiente “favorável” para inserção dos negócios, com; pagamento de dívidas soberanas, manutenção de superávit, baixos impostos e reservas internacionais.

Também fala Cohen que a força de um país pode ser mensurada pelo seu poder, e o poder é a sua autonomia frente ao ajuste. Países no lugar mais alto da hierarquia monetária conseguem desviar do ajuste e repassa-lo efeito da sua estrutura econômica mais diversificada e menor exposição internacional, ou menor abertura econômica no sentido de restringir suas políticas públicas e monetárias. No entanto o país que possui moeda “fraca”, ou se encontra numa hierarquia mais subalterna em relação a sua moeda no cenário internacional, tem possibilidades muito limitadas de postergar o ajuste – dependendo do seu nível de reservas, da sua possibilidade de acessar a liquidez internacional e do impacto da mudança dos preços externos na sua matriz econômica – e ainda menores são as possibilidades de desviar.

As políticas públicas neoliberais endossam fortemente a maior abertura para os fluxos de capitais, o que torna o ajuste para os países mais pobres de moeda “fraca” um fardo constante, e consequentemente grandes perdedores na partição do excedente econômico mundial. O grau de abertura para o mundo, agregado a menor possibilidade de desenvolver setores produtivos de alta complexidade, faz com que o ajuste seja uma constante, que a possibilidade de postergar o ajuste seja o *suprassumo* de uma política econômica que preze a autonomia nacional, todavia o limite para o adiamento do ajuste é uma conjuntura nacional que possibilite um estofo, um “colchão” de reservas para que os preços-chave internacionais não prejudiquem as políticas econômicas internas. Há também a possibilidade de tomar empréstimos, porém as condicionantes que são atreladas a eles tem dentro delas a pauta do ajuste embutida, o que mais uma vez joga as possibilidades de autonomia para o canto.

Mesmo contendo suas diferenças, o Estado que neoliberalismo engendrou como o “necessário” e “moderno”, sofre uma pressão externa bastante aguda para que suas políticas sejam de cunho austero e prudente, e isso quer dizer um alinhamento relativo com a dinâmica global de ajuste, ou: atender às demandas de ajuste podendo incorrer em seus custos. Na medida em que esse movimento limita a alocação do excedente econômico nas economias nacionais, é possível dizer que as possibilidades de ascensão na hierarquia internacional da produção e da moeda são limitadas, o processo de ajustamento é um consenso talvez maior do que o consenso keynesiano, dado que as políticas econômicas de agora não visam um suporte institucional com a finalidade de fortalecer empresas a crescer e buscar novos mercados, mas sim uma inserção mundial dentro de um padrão monetário desigual, guiado pelos princípios de conduta definidos pelas finanças.

Se o ajustamento de uma economia implica em sua redefinição de prioridades, o acirramento dos conflitos distributivos é um dos efeitos, e essa percepção do conflito distributivo está presente em CAPINZAIKI, COELHO (2015);

“Todo processo de ajustamento é um processo de constrangimento orçamentário, que diminui a margem de manobra dos governos para equacionar os conflitos distributivos. Portanto, as consequências sociais dos ajustes econômicos tem repercussões sobre a estabilidade política doméstica.” (2015: p.4)

A busca dos países em ajustar suas economias segundo as normativas exigidas, faz com que tanto as opções de políticas macroeconômicas adotadas se restrinjam, quanto a própria contradição interna relativas ao conflito distributivo em as diversas frações produtivas se acirrem o escopo de opções dos países de moeda “fraca”.

O capitalismo contemporâneo, como já foi frisado em outros momentos, funciona como uma força centrífuga dentro das economias nacionais, na medida em que a orientação dos mercados é abrir mais as fronteiras nacionais para o capital externo, o produtivo mas principalmente o especulativo, sendo esse o mais “democrático” em termos de inserção em múltiplos países, ao mesmo tempo que é o que mais expõe e torna vulnerável as economias. A dinâmica pela qual tanto o capital financeiro especulativo, quanto os preços internacionais pressionam as economias mais sensíveis ao processo de ajustamento, pode ser descrita da seguinte forma;

“Como a interligação das economias domésticas ao ambiente externo pressupõe uma pressão permanente sobre os custos de produção (em termos de custos relativos), os regimes monetários e de câmbio são fundamentais para determinar-se a capacidade de cada unidade em ajustar-se com o menor custo possível às oscilações da liquidez internacional. O preço relativo das moedas não é neutro, afetando a taxa de retorno do capital, portanto, afetando o nível de emprego e o tipo de investimento setorial. O preço de uma moeda, mais precisamente as expectativas em relação ao seu preço futuro, afetam as decisões alocativas” CAPINZAIKI, COELHO (2015: p.5)

Os processos de ajuste alteram de forma consistente e onerosa os países que não podem desviar ou repassar o ajuste, o custo de adiar o ajuste inexoravelmente recai sobre os conflitos internos, e com uma necessidade imensa de realocação dos esforços e recursos, adiando tentativas de melhor inserção nas cadeias produtivas, nos financiamentos de longo prazo e na hierarquia das moedas internacionais. A tendência, é que as possibilidades de autonomia desses países entrem numa espiral decrescente, e os conflitos internos numa espiral ascendente.

A aceitação das políticas de austeridade, ou o que se chama de macroeconomia do ajuste, está entranhada nas “mentes e corações”, tendo o respaldo dos formuladores de políticas econômicas, e cooptando as preferências das pessoas em relação a elas. Muito pode se justificar pela ação midiática, que em convergência com os blocos de poder, toma o discurso “restaurador” e prudente das teorias macroeconômicas “modernas” como um mantra, inimigos número um viram os gastos sociais dos governos e o combate a inflação de maneira cega, e no limite afastando as sociedades dos processos democráticos de orientação de políticas econômicas, onde as necessidades reais das pessoas deveriam ser a razão de existir um Estado e as políticas

públicas, e não apenas uma consequência de processos econômicos de teorias duvidosas e efeitos práticos desastrosos, como por exemplo foi a políticas de ajustamento dos anos 90 na América Latina, e como são as políticas atuais no continente Europeu.

“The question of the legitimacy of such policies or of how the presumed preference for low inflation over all other goals becomes the preference of all society, especially when those enforcing that preference as policy don’t want to ask the voters, remains conspicuous by its absence “ BLYTH, (2013, p.73)

As políticas que favorecem o emprego e a renda são heréticas, como podemos deduzir do excerto de Blyth, o poder econômico das finanças é a barreira democrática que separa as pessoas do contato com os políticos e as instituições, os financiadores de campanha pertencentes às elites do capitalismo é que cobram a resposta das políticas públicas, e a única resposta que se quer ouvir de fato é a que contém a austeridade e o ajuste como as únicas alternativas possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a economia pelo viés das ideias é um exercício que exige sair da comodidade que as teorias econômicas proporcionam, independente da sua localização no espectro ideológico. Propõem-se elas como leituras de mundo e sociedade unindo todo o complexo tecido social pelos fatores econômicos, simplificando e empobrecendo análises da ação do ser humano na sociedade e as relações de poder.

Ao adotarmos uma visão de mundo, uma ideologia, estamos apenas corroborando o fato de que as ideias, economia e política não são indissociáveis, e se uma ideologia se propõe neutra e puramente científica segundo as premissas positivistas, ela além de deixar de ser apenas uma ideologia, vira uma profissão de fé, como Nietzsche no século XIX já nos advertia.

Como tentativa de dissociar, em partes, as forças de mercado e toda a sua violência, fez-se nos anos 30 um sistema que privilegiou um capitalismo “humano”, porém as contradições do modo de produção, e a necessidade de valorização do capital foram relativamente responsáveis pela queda do *embedded liberalism*, que se

configurou no pós-Bretton Woods. O embate de ideias e políticas, *grosso modo*, travado entre Keynesianos e não-keynesianos, teve como grande vencedor a fração dos derrotados de outrora. A sociedade de Mont Pelèrin e seus *think tanks* foram abraçados pelo mundo das finanças, que foi por trinta anos posto na “coleira” da regulação Estatal, mas que por necessidades intrínsecas aos limites de acumulação do modo de produção, a época apelidado de “fordismo”, libertou-se das e ganhou força.

O Estado foi invadido pelos que viam a necessidade de uma expansão financeira que fosse na esteira da mundialização da empresas. A política americana, não conseguindo arcar com uma “guerra fria” e com a crescente competição internacional com Japão e Alemanha, via seu projeto de poder baseado em lideranças tecnológica, econômica, monetária, bélica e ideológica, ficar cada vez mais desestabilizado, com risco real de perder o controle econômico em função da demanda crescente de outros países por uma moeda que não estivesse afundada na própria poça de liquidez, e sem condições de manter seus compromissos.

A cartilha da “ética” e da boa governança não serviu para o interesse estadunidense de continuar poderoso. Tomado pela ideologia “liberal-conservadora”, ou “neoliberal”, conduziu com mão de ferro uma vitória sobre sindicatos, com a queda dos direitos sociais e uma reorientação do Estado em prol dos bancos e da liderança técnico-produtiva. Aumentou sua taxa de juros, enxugou o “excesso” de dólares que agora não serviam mais, já que seus tentáculos produtivos estavam mundo a fora, e precisava concentrar as políticas e recursos para as melhorias tecnológicas dentro dos seus limites institucionais.

O neoliberalismo ganhou o campo das ideias, e saiu das experiências nas periferias autoritárias, para ocupar o centro das ideias e políticas econômicas do centro do capitalismo.

O processo expansão das finanças foi simbólico, foi contundente e de rápido efeito. A partir do final da década de 70 até os anos 90 as barreiras para o capital praticamente inexistiam, e as instituições que antes regulavam o capitalismo contra ele mesmo, adotaram o *framework* do novo padrão de acumulação, agora regulavam de outra forma, com um receituário de disciplina, onde a liberdade ganhou uma significação completamente diferente: se antes se relacionava com a autonomia dos países em fazer política econômica, proteger-se da especulação, fomentar a produção e a demanda, agora ela é a vontade do mercado.

Ser uma economia de mercado, é sinônimo de ser livre, e ser livre é ter suas portas e janelas abertas para que o dinheiro flua dentro do seu país. Todavia os grandes marqueteiros do livre-mercado, como o americano Milton Friedman, viam no mercado o grande gerenciador dos recursos da sociedade, o lugar onde os mecanismos garantiriam que demanda e oferta se encontrassem perfeitamente, que o soberano fosse o consumidor, e que a concorrência evitasse o crescimento de empresas poderosas o suficiente para corromper a democracia e suas instituições, algo que nos 30 gloriosos era a perversão maior. Nada podia estar mais equivocados.

Não só nada disso se tornou realidade, como a globalização engoliu a tudo e a todos, homogeneizou padrões de consumo e políticas econômicas, criando um manto de obscenidade em cima de políticas voltadas para o bem-estar social.

As instituições continuaram a regular e disciplinar, todavia a orientação agora se dava em proteger a virtuosidade da liberdade do fluxo de capitais e da ação dos mercados financeiros, criando no Consenso de Washington uma cartilha das práticas já efetivadas, e que seria o mantra dos países que ainda almejassem algum tipo de autonomia internacional, ou até a salvação em épocas de ajustes, via empréstimos condicionados às regras da "moda".

O que se percebe nesse movimento das ideias e da dinâmica social atrelada a ela, é que o ajuste econômico é a palavra de ordem no capitalismo contemporâneo. Não por uma virtude, como alguns querem que todos pensem, mas pela necessidade de garantir que todos os países se alinhem ao interesse externo, sendo que ao fazer isso estão a abandonar a si próprios.

O padrão de acumulação exacerba em suas contradições, torna os ciclos cada vez mais rápidos dada a velocidade dos mercados financeiros, e em função do excedente estar cada vez mais concentrado em monopólios, torna a dinâmica econômica cada vez menos próspera, com salários diminuídos e incapacidade gigantesca do capital em valorizar-se sem as bases especulativas das finanças. Ao final para manter uma aparente tranquilidade, são exigidas ideias e práticas fortes das instituições mantenedoras dessa lógica, e tentativas de sair da estrutura vigente são praticamente impossíveis, e quando isso se torna realidade, com raras exceções, o mais provável é que o castigo por tentar se desenvolver venha de forma arrebatadora, a ascensão na hierarquia internacional fica como um sonho distante.

Esse Pan-óptico⁴⁷ que virou o sistema internacional, exige dos países mais “fracos”, uma coesão interna que só crises intensas podem trazer, todavia nada garante que ao tentar se desvencilhar em momentos de caos político e econômico, forças de cunho fascista e conservadoras não possam surgir no lugar de movimentos democráticos que dialoguem com mudanças sociais profundas de fato, e não apenas com a estética populista e sectária dos nacionalismos esdrúxulos.

Ao fim e ao cabo a única alternativa, se é que algo dessa monta pode ser oferecido por um analista da realidade, é um rompimento com as doutrinas ligadas ao mercado, e uma orientação voltada para ideais republicanos e democráticos. O início do século XX mostrou que as revoluções normatizadas fracassaram em chegar ao objetivo de igualdade e liberdade, porém não é necessário ser progressista ou de esquerda para saber que, pelo a ausência do primeiro é perigosa o suficiente para derrubar sistemas inteiros. Logo mesmo com todo o apelo em cima do tema da igualdade, ele deve vir juntamente com a liberdade de fato, a que se atrela a decidir e ter opções reais, alternativas e possibilidade de construção democrática de uma.

Do contrário se estaria apenas a trabalhar para retroalimentar mecanismos que falharam, a tornar todos igualmente presos e vigiados por uma dinâmica e um sistema que não pode prescindir da apropriação relativa de ambos os elementos: concentração de poder e a liberdade alheia.

⁴⁷ O sistema de prisional idealizado por Jeremy Bentham, onde sua fuga se tornaria quase impossível em função do grau elevado de vigilância que foi moldado para ter, onde foi referenciado por Michel Foucault em sua obra “Vigiar e Punir”.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARAN, Paul A. SWEEZY, Paul A. *Monopoly Capital: An essay on the American economic and social order*. 116 West 14th Street, New York, Monthly Review Press 1966.

BIONDI, Roberta Lobata ,TONETO JR, Rudinei, *Regime de Metas Inflacionárias: os Impactos sobre o Desempenho Econômico dos Países*, Est. Econ., São Paulo, v. 38, n. 4, P. 873-903, 2008.

BRAGA, José Carlos de Souza, *Financeirização global – O Padrão sistêmica de riqueza do capitalismo contemporâneo*, In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. orgs. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

CARCANHOLO, Marcelo Dias, *Desregulações e abertura financeiras: Repercussões sobre autonomia de política econômica e as crises cambiais*, Uberlândia, Revista Econ. Ensaios, Uberlândia, 15 (2): 125-150, 2001.

CARVALHO, F. C. 2004. *Bretton Woods aos 60 anos*. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf> Acesso em 20 de maio de 2015.

CHESNAIS, François. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*, Campinas, Economia e Sociedade, 1995.

CHESNAIS, François. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Jaime Cesar; CAPINZAIKI, Marília Romão. *AJUSTAMENTO, PODER E CUSTOS DISTRIBUTIVOS*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 5., 2015, Belo Horizonte. **AJUSTAMENTO, PODER E CUSTOS DISTRIBUTIVOS**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2015. v. 1, p. 1 - 13.

COHEN, Benjamin J. , The Macrofoundation of Monetary Power, *disponível em* <<http://www.polsci.ucsb.edu/faculty/cohen>> , Santa Barbara CA, 2004.

EICHEGREEN, Barry. *GLOBAL IMBALANCES AND THE LESSONS OF BRETTON WOODS*, Massachusetts, Nationa Bureau of Economic Statistics , 2004.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método, esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento* , Carlisle Street, Londres, NLB, 1975

FIORI, José Luís, *Estado de Bem-Estado Social: Padrões e crises*, Rev. Saúde Coletiva 7(2) 129-147, Rio de Janeiro, 1997

FIORI, José Luís, *Globalização, hegemonia e império*, In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. orgs. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

FOSTER, John Bellamy Foster , MCCHESENEY, Robert W. *The endless crisis: How Monopoly-Finance Capital Produces Stagnation and Upheaval from the U.S.A. to China*. New York, Monthly Review, 2012.

FRIEDRICH, Nietzsche. *Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro*, Petrópolis , Vozes 2012.

GILL, Stephen , LAW, David., *Global hegemony and the structural power of capital* , In GILL, Stephen. , *Gramsci, Historic materialism and international relations*, Cambridge University Press, Cambridge, 1993.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*, Brasília, universidade de Brasília, 2002.

GOUREVITCH, Peter A. , *Keynesian politics: the political sources of economic policy choices*, In: HALL, Peter A. orgs , *Political Power of economic ideias: Keynesianism across the nations.*, Princeton, Princeton University Press, 1989

HARVEY, David *A brief history of neoliberalism*, Oxford University Press, 2005.

HELLEINER, Eric. *States and reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca and London, Cornell University Press, 1994.

KEYNES, John Maynard, *Teoria geral do juro, emprego e moeda*, São Paulo, Nova Cultura, 1996

MAZUCCHELLI, Frederico. *Belluzzo e o capitalismo no século XX*, Editora Unesp, São Paulo 2004, pp.233-235.

MYRDAL, Gunnar, *The Political Element in the Development of Economic Theory*. Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd., 3ª impressão, 1961 versão traduzida Coleção Os Economistas, São Paulo, Nova Cultura LTDA, 1997.

POLANYI, Karl . *The Great Transformation: the politic and economic origins of our time*, 1944.

RUGGIE, John Gerard. *International regimes, transactions, and change: embedd-ed liberalism in the postwar economic order*. Spring, MIT Press, 1982

SADER, Emir. *Gramsci: Poder, política e partido*, São Paulo, Expressão popular, 2012.

SALANT ,Walter S. *Keynesianism in the US: The spread of Keynesian doctrines and practices in the United States* In: HALL, Peter A. orgs , *Political Power of economic ideias:Keynesianism across the nations.*, Princeton, Princeton University Press, 1989.

TAVARES, Maria da Conceição, *A retomada da hegemonia americana*, In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. orgs. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis,Vozes, 1997.

TOUSSAINT, Eric, *A Bolsa Ou a Vida: a Dívida Externa do Terceiro Mundo: as Finanças contra os povos*, São Paulo, Perseu Abramo, 2001.

DE MELLO, João Manuel Cardoso, , In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. orgs. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.